

OSÉ CRUZ



Na CMO, o relator Francisco Dornelles (E), com José Maranhão e os deputados José Pimentel e Cláudio Vignatti

## Dornelles apresenta as receitas do Orçamento

PÁGINA 6

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XIII – Nº 2.689/148 – Brasília, 15 a 21 de outubro de 2007

EDIÇÃO SEMANAL

# Renan sai por 45 dias e governo negocia CPMF

■ Tião Viana assume Presidência interinamente. Líderes do governo esperam que saída de Renan enfraqueça crise e viabilize acordo com oposição para prorrogar a CPMF até 2011.

■ Pressão sobre o presidente do Senado, Renan Calheiros, que responde a três processos no Conselho de Ética, veio de todos os partidos. Na quinta-feira, ele pediu licença do cargo.

■ Conselho de Ética define nesta terça-feira cronograma dos processos. Jefferson Péres, relator da terceira representação, promete parecer técnico. Oposição protocola nova denúncia.



LEOPOLDO SILVA

Os líderes do DEM, José Agripino (E), do PSDB, Arthur Virgílio (em pé, ao centro), e do PT, Ideli Salvatti (D), apelaram na terça-feira passada para que Renan se afastasse da Presidência do Senado

PÁGINAS 3 A 5

## e mais...

AGENDA

Página 2

AMBIENTE LEGAL

FOTO DA SEMANA

FRASES

VOZ DO LEITOR

Página 13

## cidadania

### Quem quer poupar precisa aprender a lidar com as finanças

Saber gerir os recursos é que faz a diferença entre os que conseguem poupar e os que ficam enrolados em dívidas. Preparar um orçamento detalhado e ter objetivos de vida claros estão entre as regras básicas para lidar bem com o dinheiro.

PÁGINA 16

## TSE decide sobre fidelidade partidária no caso de senadores

O Tribunal Superior Eleitoral pode divulgar nesta semana uma resolução que estabeleça regras sobre fidelidade

partidária para os senadores. Vários parlamentares mudaram de partido desde as eleições de 2006.

PÁGINA 11

## Suplicy debate emendas para o pregão eletrônico

PÁGINA 5

## Regras de fundo para a ciência já estão no Plenário

PÁGINA 6



SENADO FEDERAL

CORREIOS



## PLENÁRIO Lideranças governistas esperam chegar a acordo com a oposição para prorrogar o "imposto do cheque"



Marco Maciel (E), presidente da CCJ, em reunião com os ministros Guido Mantega e Mares Guia e o líder do governo, Romero Jucá, para discutir prorrogação da CPMF

## Em dez anos, tributo foi prorrogado três vezes

A Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) incide sobre todas as movimentações bancárias, exceto negociação de ações na Bolsa, saques de aposentadorias, seguro-desemprego, salários e transferências entre contas correntes de um mesmo titular.

Aprovada em 1993, a contribuição passou a vigorar no ano seguinte com o nome de Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF). Na época, a alíquota era de 0,25%. O imposto durou até dezembro de 1994, quando foi extinto, conforme já era previsto.

Em 1996, o governo voltou a discutir o assunto, com a intenção de direcionar a arrecadação do tributo para a área da saúde. Foi então criada a CPMF, por força da Lei 9.311, de 24 de outubro de 1996. Passou então a vigorar em 1997, com alíquota de 0,2%.

Em junho de 1999, a CPMF foi prorrogada até 2002, com uma alíquota de 0,38%. O objetivo da elevação seria ajudar nas contas da Previdência Social.

Em 2001, a alíquota caiu

para 0,3%, mas em março do mesmo ano voltou a 0,38%. Em 2002, a CPMF foi prorrogada, o que ocorreu novamente em 2004.

No fim de 2000, o governo decidiu permitir o cruzamento de informações bancárias com as declarações de Imposto de Renda dos contribuintes.

Assim, caso um contribuinte tenha declarado ser isento do IR e, ao mesmo tempo, movimentado milhões em sua conta bancária – o que é possível saber de acordo com o valor de CPMF pago –, sua declaração tem maior probabilidade de cair na malha fina da Receita.

A PEC que trata da CPMF também determina a prorrogação até 2011 da Desvinculação de Receitas da União (DRU) que, como o nome sugere, desvincula 20% da receita tributária da União, dando ao governo federal mais liberdade para distribuir os recursos entre os programas que julgar prioritários. Segundo o governo, a DRU é responsável por cerca de 60% do total dos recursos que a União tem liberdade de gastar.

### Receita usa dados da CPMF para identificar sonegação de impostos

## Licença de Renan pode viabilizar CPMF

Com o pedido de licença do senador Renan Calheiros da Presidência do Senado, por 45 dias, as lideranças da base do governo esperam conseguir fechar um acordo com as oposições sobre a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC 89/07) que prorroga a cobrança da CPMF e a Desvinculação de Receitas da União (DRU) até o final de 2011. Os líderes do DEM, do PSDB e do PDT haviam condicionado votações importantes no Senado à saída de Renan.

A emenda da CPMF chegou para exame dos senadores na quarta-feira, um dia depois da sessão em que oito senadores, entre oposicionistas e da base do governo, subiram à tribuna para pedir que Renan se afastasse da Presidência para responder como senador comum às representações feitas contra ele no Conselho de Ética. O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), chegou a reconhecer que seria difícil votar a CPMF sem o afastamento, porque o clima político havia piorado muito.

Prevenido dificuldades, os ministros da Fazenda, Guido Mantega, e das Relações Institucionais, Walfrido Mares Guia, estiveram no Senado na manhã de quinta-feira para uma reunião com o presidente da Comissão de Constitui-

ção, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Marco Maciel (DEM-PE). A CCJ é a única comissão que examinará a PEC 89/07 antes de sua votação pelo Plenário.

Outros ministros comparecerão ao Senado nos próximos dias para tentar convencer senadores da importância de se prorrogar a CPMF, cuja vigência atual termina no dia 31 de dezembro, entre eles José Gomes Temporão, da Saúde, e Patrus Ananias, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

A relatora da emenda na CCJ, senadora Kátia Abreu (DEM-TO), pretende apresentar parecer pela rejeição da matéria. O líder do governo, Romero Jucá, já anunciou que a base do governo

tentará aprovar na CCJ um substitutivo favorável à prorrogação da CPMF. Sem acordo, a relatora pretende demorar os 30 dias regimentais para dar seu parecer.

Se forem cumpridos todos os prazos regimentais, a matéria só chegará ao Plenário do Senado no início da segunda quinzena de novembro. No Plenário, existem novos prazos de tramitação, com a possibilidade de apresentação de emendas, o que fará a PEC 89/07 voltar ao exame da CCJ.

Se as oposições exigirem o cumprimento de todos os trâmites regimentais, o governo terá dificuldades para ver aprovada a PEC 89/07 ainda este ano.

Se a prorrogação não ocorrer em 2007, a CPMF terá de esperar 90 dias para voltar a ser cobrada depois de aprovada em 2008 (noventa imposta a novas contribuições). Para cada mês de atraso em sua nova vigência, em 2008, o governo federal deixará de arrecadar cerca de R\$ 3,2 bilhões.

A contribuição deve levar aos cofres federais, neste ano, cerca de R\$ 38 bilhões. Da alíquota de 0,38% da contribuição, 0,20% vai para a saúde (R\$ 20 bilhões), 0,10% para a Previdência Social

(R\$ 10 bilhões) e 0,08% para o Fundo de Combate à Pobreza, que banca o Programa Bolsa-Família (R\$ 8 bilhões).

A PEC chegou ao Senado depois de aprovada em definitivo pelo Plenário da Câmara, em sessão que avançou pela madrugada – a decisão foi tomada por volta das 4h de quarta-feira. Nas votações dos sete destaques – sugestões de alterações ao texto principal –, o governo obteve maioria. Todos os destaques foram rejeitados.

## Para oposição, Estado gasta demais. Para governo, tributo é democrático

O senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) criticou o que chamou de barganha do governo em busca de votos para aprovar a proposta de emenda à Constituição que prorroga a vigência da CPMF até 2011.

Segundo o parlamentar, cargos e emendas estão sendo usados para atrair congressistas para partidos da base governista, além da "partidarização" das

agências reguladoras. São R\$ 686 bilhões do Orçamento que estão sob controle de aliados, disse Antonio Carlos Júnior, acrescentando que esses esforços não seriam necessários se a prorrogação realmente fosse boa para o país.

– Ela é boa para o governo, que entende que administrar só é possível arrecadando-se cada vez mais. O governo precisa da

CPMF porque não consegue e não quer diminuir seus gastos, nem transformá-los em investimento – acusou.

Se o Executivo quer que o país alcance níveis elevados de crescimento, continuou o senador, precisa aliviar a carga tributária e investir mais.

– A cobrança de impostos neste país é insuportável – frisou na quarta-feira o senador Mário

Couto (PSDB-PA), ao criticar o volume atual da carga tributária e a proposta de prorrogação da CPMF. Citando dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Couto lamentou ainda o fato de a corrupção causar um prejuízo de US\$ 3,5 bilhões ao país.

Já a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) defendeu a prorrogação da CPMF por ser, segundo ela, um dos impostos

mais democráticos, pois paga muito apenas quem ganha muito. Além disso, parte do montante arrecadado seria usado pelo governo para distribuição de renda.

A parlamentar criticou integrantes da oposição que hoje são contrários à contribuição, criada em 1993, e utilizada durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso.

ÉTICA Tião Viana assume interinamente a Presidência do Senado e deve reunir a Mesa da Casa nesta segunda

# Renan se licencia no 139º dia da crise

Exatos 139 dias depois da primeira denúncia – contas pessoais supostamente pagas por funcionário de uma empreiteira –, Renan Calheiros licenciou-se, por 45 dias, da Presidência do Senado (mas não de seu mandato). O vice-presidente da Casa, Tião Viana (PT-AC), assume interinamente a Presidência e pode reunir nesta segunda-feira a Mesa diretora.

Em pronunciamento gravado e transmitido pela TV Senado, ele disse que, com o gesto, tem a intenção de preservar a harmonia na instituição e evitar a repetição de constrangimentos como os ocorridos na sessão da última terça-feira. Nesse dia, vários

senadores ocuparam a tribuna para recomendar o afastamento do presidente do Senado pelo período necessário ao exame de mais quatro denúncias contra ele, que foi absolvido pelo Plenário no julgamento da primeira representação.

– Reafirmo que enfrentarei os processos, como fiz até agora, à luz do dia, com dignidade e sem subterfúgios. Não lancei mão das prerrogativas de presidente do Senado em meu benefício ou contra quem quer que seja. A minha trincheira de luta sempre foi a inflexível certeza da inocência, a qual, estou convicto, prevalecerá com a verdade, como aconteceu na minha absolvição – afirmou Renan.

Em seu pronunciamento, Re-

nan Calheiros disse ainda que “o poder é transitório, enquanto a honra é um bem permanente”, que ele não sacrifica em nome de nada. O senador antecipou que resistirá em sua defesa, honrando a confiança da sua família, do povo alagoano, de seus amigos, dos colegas do Senado e dos que, mesmo sem conhecê-lo, com seu apoio, lhe deram forças.

Na sessão de terça-feira, Renan ocupou a tribuna para desmentir denúncia de espionagem contra os senadores Demostenes Torres (DEM-GO) e Marconi Perillo (PSDB-GO). “Não pedi, não ordenei, não autorizei, não deleguei, não encomendei nenhuma atrocidade como esta”, assegurou, depois de afastar, até a conclusão das apurações, o assessor Francisco Escórcio, acusado de ter proposto a instalação das câmeras que espionariam os senadores.

Antes do discurso de Renan Calheiros, os senadores Jefferson Péres (PDT-AM), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Alvaro Dias (PSDB-PR) e Eduardo Suplicy (PT-SP) haviam solicitado seu afastamento. Renan declarou que as denúncias eram esquizofrenias políticas à procura de um autor e que não recuará.

O apelo em favor da licença foi reforçado por Aloizio Mercadante (PT-SP), Pedro Simon (PMDB-RS) e, pela primeira vez, por Ideli Salvatti (PT-SC), mas, naquele momento, Renan se negou a atender aos pedidos.

## Senador anuncia que vai resistir em sua defesa para provar que é inocente

## Na antevéspera, pressão de seis partidos

Em reunião no gabinete de Tasso Jereissati (PSDB-CE), 19 senadores de seis partidos com representação no Senado Federal (PSDB, DEM, PMDB, PT, PDT e PSB) decidiram na terça-feira exigir a saída de Renan Calheiros da Presidência da Casa. No encontro, o PSDB e o DEM anunciaram o encaminhamento de nova representação contra Renan por causa da denúncia de que um assessor do gabinete da Presidência, Francisco Escórcio, tentara espionar Demostenes Torres e Marconi Perillo.

Logo depois da reunião, por volta das 15h30, os senadores dirigiram-se ao Plenário para, de viva voz e na presença de Renan, manifestar a posição do grupo. Os líderes do PSDB e do DEM protocolaram ali mesmo a quinta representação. Seguiu-se uma sessão tomada pela insistência dos senadores num pedido de

licença por parte do presidente, que se manteve em Plenário até às 18h30 reafirmando sua inocência e defendendo o direito de permanecer no comando da Casa.

Além de exigir a licença de Renan, a frente suprapartidária fixou em 2 de novembro o prazo para que todas as representações contra Renan fossem votadas no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Sem uma definição até aquela data, os senadores prometeram entrar em obstrução total, ou seja, impedir a formação do quórum necessário às votações.

Para o líder do DEM, José Agripino (RN), o que resolveria a crise seria o estabelecimento de um cronograma de ações dentro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e a nomeação de um relator para a terceira representação contra Renan (denúncia do uso de “laranjas” na compra de



Renan deixa o Senado após o anúncio da decisão: promessa de enfrentar processos “à luz do dia”

## Leia a íntegra do pronunciamento

“Na noite de hoje, decidi me licenciar da Presidência do Senado Federal, pelo prazo de 45 dias, a fim de demonstrar, de forma cabal e respeitosa, à nação e a todos os ilustres senadores, que não precisaria do cargo para me defender. Agindo assim, afastado, de uma vez por todas, o mais recente e injusto pretexto usado para tentar dar corpo à inconsistência das representações enviadas, sem qualquer indício ou prova, ao Conselho de Ética.

Com este meu gesto, que é unilateral, preservo a harmonia no Senado Federal, deixo claro o meu respeito pelos interesses do país e homenagem as altas responsabilidades das funções que exerço, contribuindo decisivamente para evitar a repetição dos constrangimentos ocorridos na sessão do dia 9 de outubro.

Reafirmo que enfrentarei os processos, como fiz até agora, à luz do dia, com dignidade e sem

subterfúgios. Não lancei mão das prerrogativas de presidente do Senado em meu benefício ou contra quem quer que seja. A minha trincheira de luta sempre foi a inflexível certeza da inocência, a qual, estou convicto, prevalecerá com a verdade, como aconteceu na minha absolvição.

O poder é transitório enquanto a honra é um bem permanente, que não sacrifique em nome de nada. Resistirei firme na minha defesa, honrando a confiança da minha família, do povo de Alagoas, dos meus amigos, dos meus colegas do Senado Federal e daqueles que, mesmo sem me conhecer, com seu apoio e suas mensagens e orações me deram forças. A estes certamente não decepcionarei.

Aguardarei serenamente que a Justiça e a verdade prevaleçam.

Brasília-DF, 11 de outubro de 2007.  
Senador Renan Calheiros”

## Raupp convida Simon e Jarbas a voltarem à CCJ

“Eu tinha falado que teria humildade suficiente para voltar atrás.” Assim o líder do PMDB, Valdir Raupp (RO), informou ter pedido aos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) que retornem à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de onde foram afastados pelo próprio líder há uma semana. Raupp telefonou para os dois senadores comunicando sua decisão. Simon respondeu que vai refletir sobre o assunto e que responderá depois. Jarbas disse que conversará com o líder nesta segunda ou terça-feira.

Raupp explicou aos jornalistas que reviu sua decisão após

muita reflexão e depois de conversar com a maioria dos integrantes de sua bancada. Ele disse que o bloco da maioria também se comprometera a trocar alguns nomes na CCJ. Como isso aconteceu, esse foi mais um motivo que reforçou sua decisão de recuar no afastamento de Simon e Jarbas. E, como Almeida Lima (PMDB-SE) estava designado para uma dessas vagas, Raupp agora está disposto a abrir mão do seu próprio lugar na CCJ para acomodá-lo na comissão.

– Sem esse recuo, ficaria ameaçada a votação da CPMF? – indagaram a Raupp.

– Não, pelo contrário. Na CCJ, com as substituições do PMDB e se a bancada do bloco fizesse algumas substituições, melhoraria a situação. Mas, no Plenário, acho que é indiferente – analisou o senador.

– Com o afastamento do presidente Renan ficaria mais fácil aprovar a CPMF? – perguntaram, então.

– Eu prefiro não comentar esse assunto – respondeu.



Simon deve dar esta semana resposta ao convite de Raupp

## Decisão alivia tensão, diz Tião Viana

A decisão de Renan Calheiros de se licenciar do cargo “é um gesto a favor do fim da tensão instalada na Casa”, na opinião do presidente em exercício do Senado, Tião Viana, ouvido pela Agência Senado na última quinta-feira.

Para o líder do PSDB, Arthur Virgílio, Renan tomou uma decisão tardia, mas mesmo assim isto deve “desanuviar o clima”. Já seu colega de partido, Tasso Jereissati, disse que Renan deveria renunciar à Presidência, em vez de apenas se licenciar.

O senador Pedro Simon, do PMDB gaúcho, afirmou que o afastamento de Renan dará tranquilidade ao Conselho de Ética para julgá-lo com independência. “A crise dará uma pausa e Renan será julgado com isenção”, disse Simon.

## ÉTICA Reunião do colegiado solicitada por líderes de partidos vai definir prazos para representações contra Renan Casagrande: consultor deve ser ouvido em processo

Na última quinta-feira, o senador Renato Casagrande (PSB-ES) anunciou que vai apresentar requerimento na próxima reunião do Conselho de Ética para que o colegiado tome o depoimento do ex-secretário-geral-adjunto da Mesa, Marcos Santi. Consultor concursado do Senado, Santi pediu demissão do cargo em agosto por discordar, como justificou, da pressão que os órgãos técnicos da Casa estariam sofrendo para se posicionarem em defesa do presidente licenciado, Renan Calheiros.

Casagrande pretende que o consultor seja ouvido como testemunha da quinta representação apresentada contra o senador por Alagoas, já que esta, se for encaminhada ao Conselho de Ética pela Mesa, irá investigar abuso de prerrogativas de Renan no exercício da Presidência do Senado. Protocolada pelo DEM e pelo PSDB na terça-feira, a nova representação por quebra de decoro

parlamentar pede ainda que sejam investigadas denúncias de que Renan Calheiros estaria envolvido em um esquema de espionagem contra os senadores da oposição Demostenes Torres (DEM-GO) e Marconi Perillo (PSDB-GO).

Ainda com base na denúncia, a espionagem teria sido feita pelo assessor do presidente licenciado, o ex-senador Francisco Escórcio, que, em viagem a Goiânia, teria procurado o empresário Pedro Abrão visando pedir ajuda para filmar e fotografar os senadores por Goiás.

O líder do DEM, senador José Agripino (RN), informou que a representação foi preparada a quatro mãos pela assessoria jurídica do seu partido e a do PSDB. Por sua vez, o presidente tucano, senador Tasso Jereissati (CE), reafirmou a necessidade de apuração dos fatos, para que as investigações sobre as novas denúncias cheguem a uma conclusão.



Inácio Arruda (E), designado relator, e Raimundo Colombo, presidente da CPI, pretendem se encontrar com autoridades

## Inácio quer investigação ampla na CPI das ONGs

Inácio Arruda (PCdoB-CE), designado relator da CPI das ONGs, defendeu a investigação de "toda denúncia" de irregularidade que chegar à comissão. Durante reunião do colegiado, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) foi eleita vice-presidente da CPI, presidida por Raimundo Colombo (DEM-SC).

Senadores da base do governo e de partidos de oposição sinalizaram suas preferências para a condução dos trabalhos. Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu que a comissão seja ampla e ouça não apenas dirigentes de ONGs acusadas, mas também organizações relevantes, para que "o país conheça o importante trabalho" que elas realizam. Ele citou entre as possíveis convidadas entidades como a Alfabetização Solidária, que tem entre seus dirigentes Ruth Cardoso, mulher do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Heráclito Fortes (DEM-PI), proponente da CPI, discordou da idéia de "ouvir gente demais" e propôs que os senadores direcionem seus trabalhos para ONGs suspeitas de fraudes com dinheiro repassado pelo governo federal.

Raimundo Colombo ponderou que a comissão deve fazer

suas investigações sem objetivos políticos e, no final, além de propor possíveis punições para os que realmente tiverem cometido fraudes, apresentar sugestões para aprimorar a legislação que trata desse tipo de organização.

Inácio Arruda concordou com sugestões dos opositores para que a CPI peça ao Tribunal de Contas da União e à Controladoria Geral da União informações sobre suas investigações em torno de fraudes de organizações não-governamentais com dinheiro público. O presidente, o relator, a vice-presidente e alguns senadores decidiram visitar o ministro da Justiça, Tarso Genro, e o procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza.

Ficou decidido ainda que na próxima reunião da comissão de inquérito serão votados requerimentos de convocação para depoimentos. O relator considerou "interessante" ouvir a Associação Nacional de Organizações Não-Governamentais (Abong). Já Heráclito lembrou que a diretora da Abong fez críticas à CPI, sustentando que o objetivo da comissão seria "detonar" ONGs ligadas a movimentos sociais e de esquerda.

# Conselho de Ética reúne-se nesta terça

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar reúne-se nesta terça-feira, às 14h, com o objetivo de discutir o cronograma de trabalho dos relatores dos três processos que tramitam no colegiado para apurar se houve quebra de decoro por parte do presidente licenciado do Senado, Renan Calheiros. A convocação da reunião pelo presidente do colegiado, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), foi uma resposta a requerimento apresentado pelo senador José Nery (PA), líder do PSOL, e assinado por outros líderes, pedindo uma reunião emergencial do conselho.

Quintanilha admitiu a possibilidade de reunir em um só processo a nova denúncia protocolada pelo DEM e o PSDB, sobre espionagem, com a que trata da compra de empresas de comunicação, relatada por Jefferson Péres (PDT-AM).

– Vamos avaliar, no colegiado, a possibilidade de unificar a terceira e a quinta representações, já que ambas são de autoria do DEM e do PSDB – informou o presidente do colegiado.

Leomar Quintanilha disse ainda que o conselho poderá votar os pareceres à medida que forem sendo apresentados pelos relatores, mas, no Plenário, a votação



Quintanilha analisa a possibilidade de unificar terceira e quinta representações

de todos deverá ser realizada no mesmo dia.

– Se todos os pareceres tiverem uma única conclusão, poderemos uni-los para que sejam votados no mesmo dia no Plenário – explicou o presidente do Conselho.

O processo a ser analisado agora pelo conselho foi aberto a partir da segunda representação contra Renan Calheiros protocolada pelo PSOL. Destina-se a apurar as denúncias de que ele teria utilizado seu prestígio político para favorecer a cervejaria Schincariol junto ao INSS e à Receita Federal, depois de a empresa ter comprado, por preços supostamente acima dos

de mercado, uma fábrica de refrigerantes de seu irmão, o deputado Olavo Calheiros (PMDB-AL). O relator da matéria é o senador João Pedro (PT-AM). Esse é o segundo processo movido contra Renan Calheiros. No primeiro, o Conselho de Ética concluiu a favor da cassação do senador, por quebra de decoro parlamentar, por ter tido despesas pessoais pagas pelo amigo Cláudio Gontijo, lobista da construtora Mendes Júnior. O Plenário do Senado, porém, rejeitou o relatório que pedia a cassação.

O terceiro processo, protocolado pelo DEM e o PSDB e cujo relator é o senador Jefferson Péres (PDT-AM), investiga as denúncias de que Renan teria comprado, em parceria com o usineiro João Lyra, mas por meio de "laranjas" e sem declarar à Receita Federal, duas emissoras de rádio e um jornal em Alagoas.

O quarto processo contra o senador, originado de outra representação protocolada pelo PSOL, apura denúncias de que Renan Calheiros e o empresário Luiz Garcia Coelho teriam montado um esquema para arrecadar propinas em ministérios comandados pelo PMDB. A representação é relatada pelo senador Almeida Lima (PMDB-SE).

**Pareceres poderão ser votados juntos se tiverem o mesmo pedido**

## Jefferson reúne provas para seu relatório

Jefferson Péres vai relatar, no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, o processo que apura denúncias de que o presidente licenciado do Senado, Renan Calheiros, teria comprado, em parceria com o usineiro João Lyra e por meio de "laranjas", sem declarar à Receita Federal, duas emissoras de rádio e um jornal em Alagoas. Jefferson declarou que vai fazer o possível para entregar seu relatório até o próximo dia 2 de novembro, embora não abra mão de conduzir uma investigação que traga tranqüilidade para formar uma opinião sobre o caso.

– Toda denúncia tem que ser baseada em provas. Seria um ato desonesto de minha parte não encontrar provas e pedir a cassação – afirmou o senador, observando, porém, que as denúncias são fortes.

Em pronunciamento no Plenário, o líder do DEM, José Agripino (RN), anunciou que várias lideranças políticas decidiram fixar a data de 2 de novembro como prazo final para que o Conselho de Ética aprecie todos os processos que tramitam no colegiado contra Renan. Caso o prazo não seja cumprido, os senadores podem obstruir a pauta de votações, impedindo, assim, o exame de qualquer matéria.

A primeira providência de



Jefferson Péres, designado relator da terceira representação contra Renan, prevê finalizar seu parecer até 2 de novembro

Jefferson Péres será solicitar ao corregedor Romeu Tuma (DEM-SP) cópia de toda a documentação que colheu em relação a esse processo, bem como dos depoimentos de João Lyra, que teria confirmado a sociedade com Renan Calheiros, e do ex-diretor de *O Jornal* Luiz Carlos Barreto, que confirmou, segundo Tuma, a realização de reuniões entre o presidente licenciado e o usineiro para a compra do periódico.

Essa não é a primeira vez que Jefferson relata um processo por quebra de decoro parlamentar no Conselho de Ética. Nas duas outras vezes em que assumiu a frente das investigações contra

um colega, o parlamentar do Amazonas concluiu pela quebra de decoro e, conseqüentemente, sugeriu a perda de mandato parlamentar. Em 2000, o então senador pelo Distrito Federal Luiz Estevão, acusado de desvio de verbas públicas na construção do prédio do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo, teve o mandato cassado em Plenário, que aprovou o relatório de Jefferson.

Já em 2006, o senador também pediu a perda do mandato do então senador Ney Suassuna, apontado como um dos integrantes da chamada "máfia das ambulâncias".

**ORÇAMENTO** Dornelles anuncia acréscimo de R\$ 13,81 bilhões às receitas provenientes da arrecadação para 2008

# Comitê da Receita aumenta estimativas

Com a previsão de um cenário otimista para a economia do próximo ano e contando com a aprovação no Senado da prorrogação da CPMF, Francisco Dornelles (PP-RJ) anunciou um acréscimo de R\$ 13,81 bilhões às receitas provenientes da arrecadação tributária e patrimonial da União em 2008, orçadas no projeto do Executivo. Esse valor se aproxima dos R\$ 14,6 bilhões da última estimativa do ano passado.

Pelo relatório do Comitê de Avaliação da Receita, elaborado pelo senador, a receita líquida aumenta R\$ 9,5 bilhões, depois de deduzidas as transferências de R\$ 4,3 bilhões aos estados e municípios. Assim, o total da arrecadação líquida da União sobe para R\$ 575,1 bilhões e para R\$ 696,5 bilhões, se incluídos os repasses aos estados e municípios. Esses são os principais dados do relatório que deve ser votado nesta quarta-feira na Comissão Mista de Orçamento (CMO). Também está na pauta da comissão o relatório preliminar do

Plano Plurianual (PPA) para o período 2008/2011. José Maranhão (PMDB-PB), que preside a CMO, aposta que não haverá qualquer empecilho para a aprovação da nova estimativa de arrecadação federal. O senador chamou a atenção para o fato de que o relator não lançou mão de artificialismos e foi conservador em algumas de suas previsões. “O Congresso tem acertado em suas reestimativas”, frisou Maranhão (ver quadro).

Dornelles explicou que preferiu manter os parâmetros macroeconômicos fixados pelo governo, embora acredite que o crescimento da economia possa superar a meta de 5% para 2008, chegando a 6% do produto interno bruto (PIB). Do acréscimo projetado de R\$ 13,81 bilhões, o relator informou que R\$ 5,45 bilhões resultam de nova avaliação do governo sobre o comportamento da receita este ano – a quarta até agora – que melhora os dados do próximo exercício. Portanto, a parte que foi efetivamente reestimada pelos

consultores de orçamento é de R\$ 8,36 bilhões.

O relator considerou que a arrecadação projetada pelo governo para a CPMF, de R\$ 39,29 bilhões, não só será aprovada como também reforçada em mais R\$ 777,7 milhões, totalizando R\$ 40,07 bilhões. Isso se deve, segundo ele, ao aumento das intermediações financeiras e ao processo de inclusão bancária, com mais pessoas abrindo contas em banco.

O cruzamento dos dados da CPMF contribui, na visão do relator, para reduzir a informalidade e reforçar o recolhimento do Imposto de Renda (IR). Com base nessa avaliação e no ritmo mais acentuado dos negócios, o

comitê projetou um acréscimo de R\$ 1,1 bilhão no IR Pessoa Física. A maior lucratividade das empresas deve trazer acréscimo bruto de R\$ 5,7 bilhões para o IR Pessoa Jurídica. No conjunto, as receitas administradas pela Receita Federal do Brasil devem ter um aumento de R\$ 10,9 bilhões. O aumento no preço médio do barril do petróleo – de US\$ 73 para US\$ 77 – propiciará um reforço na receita com *royalties* de R\$ 1,1 bilhão. Isso melhorará os lucros da Petrobras que, junto com os do Banco do Brasil, trarão mais R\$ 629 milhões em dividendos aos cofres do Tesouro.

Dornelles orientou os trabalhos da recém-criada Relatoria da Re-

ceita, instituída pela Resolução nº 1/06, que definiu novas regras para o funcionamento da CMO. Pela primeira vez, segundo consultores, foram cortadas receitas extraordinárias projetadas pelo próprio governo.

A área econômica previu R\$ 1,5 bilhão no Imposto de Renda retido na fonte sobre os rendimentos do trabalho provenientes de arrecadação extraordinária. O relator só concordou com R\$ 200 milhões. A projeção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sofreu redução de R\$ 1 bilhão. Francisco Dornelles só aceitou manter outros R\$ 2,1 bilhões em receitas extraordinárias da Cofins.

**Dornelles faz previsão otimista contando com a prorrogação da CPMF**

**Comparação entre a receita realizada e as receitas estimadas nos projetos enviados pelo governo e nas leis aprovadas pelo Congresso (em R\$ bilhões)**

	2003	2004	2005	2006	2007
Projeto	328,9	402,2	457,4	526,2	603,4
Lei aprovada	353,7	413,5	482,4	545,9	618,3
Receita realizada	360,4	420,6	490,7	545,4	615,4*

\* Estimativa baseada na reprogramação anual do Poder Executivo



## Entidades pedem mais participação da sociedade

A principal crítica das entidades que atuam para ampliar o controle social dos orçamentos públicos coloca na berlinda as audiências regionais. Ao mesmo tempo em que defende a institucionalização e formas de regulamentar esse mecanismo de participação popular, o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) evidencia, em documento entregue aos integrantes da CMO na última audiência regional, em Brasília, que as organizações da sociedade civil reclamaram do pouco espaço que tiveram nos encontros regionais. O documento registra que a maior participação foi reservada a autoridades, parlamentares e prefeitos. O Inesc sugere que o Congresso aprove resolução disciplinando a consulta pública aos projetos de lei orçamentária. “A proposta é para que haja audiência em todos os estados, e encontro específico com as entidades da sociedade civil”, explica o diretor do instituto, José Antônio Moroni. Se as negociações com a CMO não evoluírem para aprovar essa resolução, o Inesc, segundo Moroni, tentará emplacar um projeto de lei por intermédio das comissões de Legislação Participativa do Senado e da Câmara. A idéia das audiências regionais surgiu em 1996, quando o deputado Sarney Filho (PV-MA) presidiu a CMO. As audiências foram mantidas por mais um ano. Suspensas, elas só foram retomadas no ano passado.



Reunião em Santa Catarina: CMO comemora sucesso da experiência de realizar audiências externas em todas as regiões do país

## Comissão recolhe mais de mil sugestões ao Orçamento

Ao final das nove audiências regionais, a Comissão Mista de Orçamento registrou um balanço de 1,1 mil sugestões – a maioria ao projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2008 – recolhidas de organizações da sociedade civil, prefeitos, vereadores e deputados estaduais. Essas sugestões passarão por uma triagem dos consultores de orçamento do Senado e da Câmara até o dia 28 de outubro, quando será aberto o prazo para a apresentação de emendas à proposta orçamentária, segundo o deputado José Pimentel (PT-CE), relator do Orçamento.

Pimentel explicou que muitos dos pleitos recebidos já constam do projeto de lei, principalmen-

te os do setor de educação. Os que não estão atendidos serão distribuídos às bancadas e aos parlamentares dos estados onde se originaram as solicitações, para que seja estudada a melhor forma de atendê-las, se por emendas de bancada ou individuais.

O mesmo processo também vale para o Plano Plurianual (PPA), que planeja os investimentos federais para o período 2008/2011. Só que o cronograma prevê prazos antecipados, porque a votação do PPA deve preceder a do Orçamento anual.

O relator do PPA, deputado Cláudio Vignatti (PT-SC), informou que o seu relatório preliminar deve ser votado até esta terça-feira. O prazo para

apresentação de emendas ao relatório final, etapa em que as sugestões das audiências regionais poderão ser transformadas em propostas dos parlamentares, deve ser aberto do dia 19 a 28 de outubro.

As entidades que disponibilizaram endereço ou e-mail obterão retorno da CMO sobre se suas sugestões foram ou não acolhidas, conforme informou Pimentel.

Na terça-feira foi realizada em Brasília a última das nove audiências regionais, quando foram apresentadas 72 sugestões – 51 ao projeto da Lei Orçamentária de 2008 e 21 ao PPA. Participaram vários representantes de entidades, entre eles o judoca carioca Flávio Canto, o mesa-te-

nista Hugo Oyama e o boxeador Acelino Freitas, o Popó, acompanhados da presidente da Frente Parlamentar de Apoio ao Esporte, deputada Manoela D’Ávila (PCdoB-RS). Eles reivindicaram mais recursos e metas mais arrojadas no PPA.

Um dos pleitos foi a construção do Museu de Ciência e Tecnologia, idealizado por Darcy Ribeiro. Entre outros pedidos, o Movimento Orgulho Autista do Brasil reivindicou políticas públicas específicas para os portadores dessa deficiência que atinge um em cada 500 brasileiros.

As demais reuniões ocorreram em Porto Velho, Belém, Cuiabá, Belo Horizonte, Fortaleza, Salvador, João Pessoa e Florianópolis.

## COMISSÕES

## Decisão sobre regimento do conselho é adiada

O projeto de resolução que estabelece um regimento interno para o Conselho de Ética do Senado teve votação adiada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) devido a pedidos de vista da proposta por parte de Romero Jucá (PMDB-RR) e Jefferson Péres (PDT-AM). A necessidade de um regimento interno para o conselho foi defendida por vários parlamentares durante as reuniões desse colegiado que trataram da primeira representação contra o presidente da Casa, Renan Calheiros. Valter Pereira (PMDB-MS) é o autor do projeto de resolução (PRS 38/07) que institui essa regulamentação.

A relatora, Lúcia Vânia (PSDB-GO), apresentou texto substitutivo à proposta original.

A proposição prevê que, quando um senador for membro do Conselho de Ética, ou corregedor do Senado, e passar a responder a processo por quebra de decoro, será automaticamente afastado do cargo. Se o senador for integrante da Mesa do Senado, ou presidente de comissão, e responder a esse tipo de processo, poderá ser afastado do cargo se o conselho decidir.

Outro projeto, que também altera procedimentos de julgamento pelo tribunal do júri recebeu pedido de vista de Valter Pereira.

## Sabatina de indicado a cargo público pode ser aprimorada

A avaliação pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) dos indicados para cargos públicos pode ganhar regras mais claras. A CCJ discutiu na última quarta-feira o projeto de resolução de autoria do senador Marco Maciel (DEM-PE). Ao apresentar o relatório elaborado em conjunto com os senadores Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e Edison Lobão (PMDB-MA), o senador Jefferson Péres (PDT-AM) afirmou que a proposta "define regras para a arguição de autoridades que hoje não existem". Ele declarou ainda que, "atualmente, o processo de arguição é feito da forma como cada senador entende, sem que

os indicados estejam obrigados a apresentar outra coisa a não ser seu currículo".

Cabe à CCJ sabatinar e endossar ou não a indicação dos ministros do Supremo Tribunal Federal e dos tribunais superiores, do procurador-geral da República e dos membros do Conselho Nacional de Justiça. O parecer da CCJ sobre essas indicações, favoráveis ou não, é em seguida enviado ao Plenário do Senado para apreciação final.

O projeto de Marco Maciel não foi votado porque os senadores Demostenes Torres (DEM-GO), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Romero Jucá (PMDB-RR) solicitaram vistas do projeto.

## CAE quer avaliar compra do banco ABN Amro

A compra do banco ABN Amro por consórcio dos bancos Santander, RDS e Fortis deve ser objeto de debate, em data a ser marcada, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Requerimento com essa finalidade foi apresentado pelo senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) e aprovado pelo colegiado.

## Venda de terras para estrangeiros em debate

A pedido de Sibá Machado (PT-AC), a Comissão de Meio Ambiente (CMA) convidará autoridades do Executivo para discutir informações de que estrangeiros estariam comprando terras no Brasil visando à produção de biocombustíveis. A audiência será conjunta com a Comissão de Agricultura (CRA).

# Pregão eletrônico volta à pauta dia 23

O relatório do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ao projeto do governo que altera a Lei de Licitações (Lei 8.666/93) para ampliar o uso do pregão eletrônico no setor público só voltará à pauta de votações da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na terça-feira da próxima semana. Alvo de críticas do setor da construção civil, o substitutivo ao projeto (PLC 32/07) estava na pauta da CAE na semana passada, mas foi adiado para que os senadores que pretendem propor emendas ainda possam debater com o relator as alterações que estão defendendo.

Nesta terça-feira, às 15h, haverá reunião com Suplicy no gabinete do líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR). A sugestão foi feita pelo presidente da CAE, Aloizio Mercadante (PT-SP), já que o encontro com Suplicy previsto para a última segunda-feira foi suspenso: o relator estava no Chile em um fórum social internacional e não conseguiu voltar a tempo.

Suplicy chegou a mostrar preocupação com o adiamento, mas Mercadante assegurou que o relatório será examinado em 23 de outubro.

– Se não houver entendimentos até lá, iremos a voto, que é a forma democrática de discordar quando há divergências – afirmou Mercadante.

A indústria da construção condena o uso dos pregões na seleção de fornecedores de serviços e obras de engenharia, tornado obrigatório no parecer de Suplicy para contratos de até R\$ 3,4 milhões – acima desse patamar, a adoção da medida seria facultativa. A indústria também rejeita o mecanismo de inversão de fases, destinado a assegurar, em todas as modalidades de licitação por menor preço, que a etapa de escolha da proposta econômica ocorra antes da fase de habilitação técnica e jurídica dos concorrentes.

A proposta do Executivo che-



CÉLIO AZEVEDO

Construção de tribunal em Brasília: projeto pode determinar a obrigatoriedade de pregão eletrônico para obras até R\$ 3,4 milhões

gou ao Congresso como parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A crença é que os pregões, além de agilizar a contratação de bens e serviços, poderão ampliar a concorrência e reduzir os preços pagos pelo setor público. No entanto, o projeto original limitava-se a incluir os pregões eletrônicos entre as modalidades licitatórias, sem especificar seu uso na contratação de obras. Essa inovação foi feita pela Câmara dos Deputados, mas para serviços até o valor de R\$ 360 mil.

No Senado, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou parecer do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) com indicação para que os

pregões sejam também obrigatórios até o mesmo limite de valor previsto pelo senador Eduardo Suplicy – R\$ 3,6 milhões. Na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), o parecer do relator, senador Romeu Tuma (DEM-SP), elevou o teto para uso obrigatório dos pregões para R\$ 51 milhões. O projeto receberá decisão final em Plenário, mas deve retornar à Câmara em razão das mudanças incorporadas ao texto.

Somente na CAE, o projeto acolheu 53 emendas. Duas delas foram acatadas por Eduardo Suplicy. Ficou acertado que, a partir de agora, o relatório não receberá mais emendas.

## Secretaria de Pesca quer reforçar orçamento em R\$ 20 milhões

O ministro da Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca, Altemir Gregolim, pediu que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) apresente emenda aumentando em R\$ 20 milhões os recursos previstos para a pasta no projeto de lei orçamentária de 2008.

Gregolim sugeriu que os recursos sejam aplicados na cobertura de despesas com estudos necessários à demarcação de zonas de produção pesqueira em reservatórios de grandes hidrelétricas e na costa marítima, requisito para a concessão de lotes de pesca a pescadores ou empresas. Outra destinação seriam projetos de infraestrutura em zonas de pesca

artesanal, como fábricas de gelo e unidades de beneficiamento de pescado, para organização da atividade em condições físicas e sanitárias adequadas.

– A infra-estrutura é um dos grandes gargalos do setor, onde é preciso produzir com maior valor agregado e para que também se tenha preços mais acessíveis ao consumidor – disse o ministro em audiência na CRA realizada para debater o orçamento e o planejamento das ações da secretaria para os próximos quatro anos, por sugestão do senador Neuto de Conto (PMDB-SC), presidente da comissão, com apoio de Kátia Abreu (DEM-TO) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

O presidente da CRA, Neuto de Conto, defendeu uma revisão da portaria do Ibama que proíbe a captura de jacarés nos ambientes naturais da espécie. A norma, afirmou, foi importante quando esse animal esteve sob ameaça, mas acabou provocando uma reprodução tão intensa da espécie a ponto de comprometer a sobrevivência dos peixes nos rios das regiões onde habitam.

O senador Jonas Pinheiro (DEM-MT) lembrou que, ainda como deputado federal, foi relator de trabalhos que se destinaram a analisar a situação da pesca no Brasil e lamentou que os problemas continuem os mesmos. O parlamentar também



Audiência na CRA: Gregolim, da Secretaria de Pesca (E), Neuto de Conto e Fernando Ferreira, do Conselho Nacional de Pesca

apoiou o pedido de Gregolim para que a CRA garanta à Secretaria de Pesca uma das oito emendas que poderá apresentar ao projeto da lei orçamentária para 2008, pleito também refor-

çado pelo senador Sibá Machado (PT-AC).

A senadora Kátia Abreu registrou o destaque que a imprensa vem dando ao resultado positivo da nova safra agrícola.

MÁRCIA KALUJNE

## COMISSÕES



Antonio Carlos Júnior lê seu relatório na CAE, ao lado de Marconi Perillo, João Tenório e Jonas Pinheiro

## Fundo para ciência já chegou ao Plenário

A regulamentação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), estabelecida em projeto (PLC 80/07) que já passou pela Câmara dos Deputados, foi aprovada na terça-feira pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Entre as medidas previstas na proposta estão a criação de um conselho diretor e a possibilidade de os recursos do fundo serem utilizados em empréstimos a empresas.

No dia seguinte, as comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) também aprovaram o projeto, em acordo com os pareceres favoráveis, respectivamente, dos senadores Adelmir Santana (DEM-DF) e Renato Casagrande (PSB-ES). Resta agora a decisão do Plenário.

Atualmente, a verba do FNDCT é composta principalmente pelos recursos dos fundos setoriais que começaram a ser criados no final da década de 90. A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), como secretaria executiva do fundo, é o órgão governamental que opera os respectivos financiamentos.

Uma das razões para a regulamentação seria a necessidade de

adaptar o FNDCT às regras de funcionamento dos fundos setoriais, já que ele foi criado em 1969 por meio de decreto-lei e restabelecido por meio de lei em 1991.

O relator, senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), defendeu o projeto de lei, argumentando que foram criados mais 14 fundos setoriais somente entre 2000 e 2004, “fazendo com que o FNDCT readquirisse sua importância”. Ele disse que “há, no mundo, uma forte correlação entre os investimentos na área de ciência, tecnologia e inovação e o nível de desenvolvimento econômico dos países”.

Em entrevista à Agência Senado, o chefe do Departamento de Planejamento Orçamentário da Finep, André Amaral, afirmou que a possibilidade de utilizar os recursos do fundo em empréstimos a empresas, para aplicação em projetos de desenvolvimento tecnológico, contribuiria para “a sustentabilidade da Finep”. Ele comparou esse procedimento ao que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) faz com a verba do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT): o BNDES utiliza os recursos

do FAT, que lhe são reservados constitucionalmente, para financiar empresas e dessa forma se capitaliza com os retornos obtidos com esses empréstimos.

O projeto ainda dá maior respaldo legal às chamadas ações transversais – que são financiadas por mais de um fundo setorial –, as quais já vinham sendo executadas, mas não estavam previstas na legislação que trata do FNDCT. Outra medida é a criação de um comitê de coordenação, de pro-

gramaria a gestão integrada dos fundos setoriais.

O conselho diretor seria integrado pelo ministro da Ciência e Tecnologia (pasta à qual a Finep está subordinada); pelos representantes dos ministérios da Educação, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Defesa e da Fazenda; pelos presidentes da Finep, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do BNDES; por três representantes do setor empresarial, três da comunidade científica e tecnológica, e um dos trabalhadores da área de tecnologia; e pelo presidente da Embrapa.

**Finep pode seguir exemplo do BNDES e ganhar mais sustentabilidade**

## Fies pode financiar mensalidade total

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deu parecer favorável, na última terça-feira, a projeto de lei que altera as regras do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies). Uma das modificações permite que se financie até 100% do valor das mensalidades – o limite atual é de 50% –, inclusive para cursos de mestrado e doutorado. O texto substitutivo foi elaborado na Câmara dos Deputados, onde a matéria tramitou como PL 7.701/06, e passou sem mudanças na CAE. No Senado, a proposta é apreciada como PLS 5/07 e já está na pauta do Plenário, em regime de urgência.

Mas a senadora Ideli Salvatti

(PT-SC), relatora na CAE, apresentou dois destaques a serem votados em Plenário. Seu objetivo é suprimir o trecho que autoriza os estudantes a utilizarem recursos do FGTS para pagar o financiamento do Fies.

### Juros menores e melhor desempenho

Além de possibilitar o financiamento integral das mensalidades e ampliá-lo para mestrados e doutorandos, o substitutivo define o pagamento de taxas de juros diferenciadas. Para os cursos de graduação em Licenciatura, Pedagogia, Normal Superior e Tecnologia, seriam cobradas taxas de juros simples de até 3,5% ao ano.

Para as demais graduações, seriam aplicadas taxas de juros simples de até 5,5% ao ano. Para os cursos de mestrado e doutorado, as taxas, também de juros simples, alcançariam o máximo de 6,5% ao ano.

O texto estabelece que o estudante poderá se beneficiar de uma carência de seis meses, contados a partir do mês seguinte ao da conclusão do curso. Os encargos poderiam ser pagos por desconto em folha.

Outras modificações previstas na proposta são a exigência de um desempenho mínimo do estudante e dos cursos. O projeto também prevê sanções contra os que descumprirem as regras do Fies.

## Autorizada a criação de ZPEs em cinco cidades

A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) aprovou na quinta-feira cinco projetos de lei do Senado autorizando o governo a criar zonas de processamento de exportação (ZPEs). Aprovadas com emendas, para melhorar a técnica legislativa, as proposições serão ainda votadas pela Comissão de Assuntos Econômicos, antes de irem à apreciação do Plenário.

O PLS 395/07, de Lúcia Vânia (PSDB-GO), propõe uma ZPE em São Simão (GO). A matéria foi relatada por Valter Pereira (PMDB-MS). Já o PLS 488/07 prevê uma ZPE em Redenção (PA) e é de autoria de Mário

Couto (PSDB-PA), tendo como relator Gim Argello (PTB-DF).

O PLS 351/07 é de autoria de Valdir Raupp (PMDB-RO) e pede uma ZPE em Porto Velho. Valter Pereira foi relator *ad hoc* em substituição a João Pedro (PT-AM). O PLS 379/07 sugere uma ZPE em Picos (PI). De autoria de João Vicente Claudino (PTB-PI), teve o senador José Nery (PSOL-PA) como relator *ad hoc*, em substituição a Inácio Arruda (PCdoB-CE). O PLS 508/07, de Gim Argello, propõe uma ZPE em Brasília. José Nery foi novamente relator *ad hoc*, em substituição a José Maranhão (PMDB-PB).

## Acolhido projeto que altera foro privilegiado

O projeto de lei que agiliza o julgamento de ações penais em que há foro privilegiado foi aprovado em turno suplementar (por ser um texto substitutivo) pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), na última quarta-feira. O texto também suspende, após a conclusão da respectiva instrução, a possibilidade de prescrição das ações antes de sua conclusão. A decisão foi terminativa.

A proposta, que tramita no Senado como PLS 281/07, foi apresentado por Eduardo Suplicy (PT-SP). O relator e autor do substitutivo é Jefferson Péres (PDT-AM).

Entre os que gozam de foro especial estão o presidente da República, senadores, deputados federais, ministros e governadores. Nos casos de crimes comuns e de responsabilidade, eles só podem ser julgados pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça.

O substitutivo elaborado por Jefferson Péres prevê, por exemplo, que o processamento e o julgamento das ações em casos de crimes comuns e de responsabilidade “terão prioridade sobre os demais feitos, não se admitindo o excesso injustificado de prazos”.

## Brasil é candidato “forte e natural” para sediar Rio+20

O Brasil é candidato “forte e natural” para sediar, em 2012, a conferência Rio + 20, de avaliação dos resultados da Cúpula de Meio Ambiente de 1992, realizada no Rio de Janeiro. Foi o que disse na última quarta-feira o embaixador designado para representar o país em Montreal, no Canadá, ministro de primeira classe Raymundo Magno. A mensagem presidencial com sua indicação recebeu parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores (CRE).

Criada neste ano, a delegação brasileira em Montreal é responsável pelo acompanhamento da

implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica, cujo secretariado fica na cidade, e do Protocolo de Montreal, que estabelece medidas para a proteção da camada de ozônio.

Para embaixador do Brasil na Venezuela, foi aprovado o ministro de primeira classe Antônio José Ferreira Simões, que ressaltou a complementaridade das economias do Brasil e do país vizinho.

Já o ministro de primeira classe Affonso Emílio de Alencastro Massot foi aprovado para o cargo de embaixador brasileiro na Grécia.

## Pessoas com deficiência ficam sem cota em partido

O projeto da senadora Fátima Cleide (PT-RO) que reservava 5% do número de vagas de cada partido ou coligação, em eleições proporcionais, para pessoas com deficiência foi rejeitado pela Comissão de Assuntos Sociais. O relator, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), propôs, em vez de cota, que seja feita uma recomendação aos partidos, para que eles estimulem candidaturas de pessoas com deficiência.

## CAS aprova criação do Conselho Federal de Arquitetura

Projeto que regulamenta o exercício da arquitetura e do urbanismo e autoriza a criação de órgãos de fiscalização profissional – o Conselho Federal de Arquitetura e Urbanismo e os conselhos regionais da categoria – foi aprovado na quarta-feira pela Comissão de Assuntos Sociais. Apresentado pelo senador José Sarney (PMDB-AP), o projeto (PLS 347/03) foi modificado pela Câmara dos Deputados e voltou ao Senado.

## COMISSÕES

# Idade para esterilização gera polêmica

A proposta de reduzir de 25 para 18 anos a idade mínima para optar pela esterilização cirúrgica foi alvo de críticas em audiência pública realizada pela Comissão de Educação (CE) na última terça-feira. Para os participantes do debate, além de o Brasil ser signatário de acordos internacionais nos quais o controle da natalidade e o planejamento familiar são não-coercitivos, a medida pode deixar os jovens mais vulneráveis a doenças sexualmente transmissíveis (DSTs).

A redução da idade mínima para a esterilização consta de projeto (PLS 284/06) do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) que altera legislação vigente sobre planejamento familiar (Lei 9.263/96). Por essa lei, além de ter no mínimo 25 anos, a pessoa interessada no procedimento deve ter pelo menos dois filhos vivos.

Presente ao debate, Dulce Xa-

vier, representante do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), considera que o acesso à esterilização cirúrgica aos 18 anos pode deixar os jovens mais vulneráveis à Aids, entre outras doenças sexualmente transmissíveis. Para Dulce Xavier, com a esterilização, os jovens poderão deixar de negociar o uso dos preservativos com seus parceiros. Aos 18 anos, acrescentou, a pessoa ainda não tem maturidade necessária para decidir sobre um procedimento definitivo, como é o caso da laqueadura, o que poderá levar a futuros arrependimentos. Dulce disse

## Esterilização aos 18 anos pode aumentar risco de exposição às DSTs

ainda que o jovem precisa tomar decisões seguras sobre reprodução e, para isso, deve estar bem informado, daí a educação sexual como instrumento para oferecer aos jovens maior acesso à informação.

– Não é uma contribuição importante e pode complicar a saúde de mulheres jovens – frisou.

O coordenador do Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas do Ministério da Saúde, Adson França, declarou que o ministério considera a laqueadura e a vasectomia métodos contraceptivos e as últimas alternativas a serem utilizadas pelo casal. Ele explicou que o ministério está realizando campanha sobre a vasectomia, não para vulgarizar o procedimento, mas para que o homem também assuma responsabilidade contraceptiva, atribuição historicamente a cargo da mulher.

O especialista informou que o Brasil é signatário de acordos internacionais que buscam uma visão não-coercitiva do controle de natalidade e do planejamento familiar. Salientou ainda que o país não pretende reduzir a taxa de natalidade por qualquer meio e que cabe às pessoas decidirem sobre o momento de terem filhos, bem como a respeito do número de filhos que querem ter e do método para evitá-los.

França dirigiu apelo a Marcelo Crivella para que retire do projeto



Ao lado de Papaléo (E), Adson França apresentou a estratégia do Ministério da Saúde para informar a sociedade sobre a questão

o item que trata da redução da idade mínima necessária à opção pela esterilização cirúrgica.

Já a coordenadora-executiva da Casa da Mulher Renascer Companhia, Roseana Barreto de Souza, observou que, ao utilizarem preservativos com a finalidade de evitar gravidez, as mulheres se protegem contra as DSTs. Roseana concorda com a instituição do Dia do Plane-

jamento Familiar, previsto no projeto de Crivella, e propôs que a data seja utilizada para discutir o tema em nível nacional.

Convidada para o debate, a coordenadora da Pastoral da Criança, Zilda Arns, não pôde comparecer por motivo de saúde, segundo comunicou Flávio Arns (PT-PR), que solicitou a audiência, juntamente com Cícero Lucena (PSDB-PB) e Crivella.



Para Crivella, ao entrar na maioria jovem, está apto a decidir sobre reprodução



Jovem pode se arrepender de decisão prematura sobre esterilização, diz Dulce Xavier



Roseane afirma que uso de preservativo para evitar a gravidez é proteção contra Aids

## Senadores avaliam implicações da proposta

O senador Marcelo Crivella justifica o PLS 284/06 dizendo que a menoridade cessa aos 18 anos, quando o cidadão fica habilitado a todos os atos da vida civil. Essa é também a idade mínima fixada para a adoção de filhos, argumenta, propondo que ela deveria ser adotada para a realização de cirurgias de esterilização.

O projeto, relatado pelo senador Edison Lobão (PMDB-MA), também estabelece a obrigatoriedade da educação sexual nos ensinamentos fundamental e médio – sem a criação de uma disciplina específica, mas tratando o tema de forma transversal ou multidisciplinar. Com o texto, Crivella quer ainda revogar a exigência do consentimento do casal, na vigência de sociedade conjugal, para a esterilização voluntária de um ou de ambos, por considerar a medida abusiva; e instituir o Dia do Planejamento Familiar, a ser celebrado em 12 de janeiro, data da sanção da lei do planejamento familiar.

Caso o texto seja aprovado, também será obrigatório o ensino da educação sexual durante a instrução oferecida no serviço militar, mas não mais em cursos de formação das polícias Federal, Rodoviária Federal e Ferroviária

Federal, já que emenda apresentada pelo relator eliminou essa possibilidade, presente no projeto original. Após tramitar na CE, o projeto segue para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde será analisado em decisão terminativa.

Na audiência, Crivella explicou ainda que, com o projeto, pretende explicitar o que está implícito na lei atual: o fato de que as pessoas podem fazer a esterilização cirúrgica pelo Sistema Único de Saúde (SUS) desde que já tenham 18 anos de idade e dois filhos.

Os jovens que pretendam fazer laqueadura (mulher) e vasectomia (homem), além de terem 18 anos e dois filhos, precisam cumprir as exigências da lei atual de passar por consultas médicas e psicológicas e reiterar sua opção 60 dias antes da esterilização, continuou Crivella.

– A intenção é dar à mulher o direito de decidir por ela mesma os métodos que considerar mais adequados para o planejamento familiar – disse. Crivella negou que seu projeto seja instrumento

de esterilização em massa.

Os senadores Flávio Arns e Augusto Botelho (PT-RR) discordaram da proposta de Crivella. Arns observou que, em debate anterior sobre o tema, o médico Dráuzio Varella informou que a maioria dos brasileiros não consegue utilizar a estrutura do sistema público de saúde para fazer laqueadura e vasectomia. Arns disse ainda que há falta de informação na sociedade, principalmente entre as pessoas mais carentes, a respeito dos processos disponíveis no SUS.

A falta de informação sobre o assunto, inclusive entre médicos, foi relatada por Papaléo Paes (PSDB-AP), que é cardiologista.

Augusto Botelho, que também é médico, afirmou que no exercício dessa profissão em Roraima, em um serviço de aconselhamento familiar, testemunhou que um grande obstáculo ao planejamento familiar é a resistência do homem a fazer vasectomia.

– O homem que faz vasectomia é o marido informado e que ama, que quer participar do planejamento familiar – avaliou.

## Flávio Arns e Augusto Botelho discordam do projeto de Marcelo Crivella

## Ministro da Saúde será convidado para debate

O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, será convidado a participar de debate na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) sobre recursos da União vinculados à saúde e destinados aos estados, Distrito Federal e municípios. Pelo requerimento do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), também serão convidados os secretários estaduais de Saúde do Rio de Janeiro, Sérgio Luiz Côrtes da Silveira, e de Minas Gerais, Marcus Vinicius Caetano Pestana da Silva.

A audiência tem a finalidade de instruir projeto do senador Tião Viana (PT-AC) que regulamenta a Emenda Constitucional 29, de 2000, que dispõe sobre

os valores mínimos a serem aplicados em serviços públicos de saúde (PLS 121/07). Relatório na CAS por Augusto Botelho (PT-RR), o projeto estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para o setor, bem como as normas de fiscalização e controle das despesas com saúde nas três esferas de governo. O PLS foi aprovado pelas comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE).

A CAS decidiu ainda, por sugestão de Augusto Botelho, convidar o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, para debater os programas da pasta.

## Atenção aos portadores de doença grave crônica

A denúncia de falta de atendimento a pacientes com doenças graves crônicas, que precisam de medicamentos não relacionados nas portarias do Ministério da Saúde – conforme revelou o Movimento pela Vida “Brasil Mostra sua Cara” – será encaminhada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) ao ministério. A decisão depende ainda do Plenário do Senado.

O movimento encaminhou a denúncia ao Senado em março, para posicionar-se contra decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que suspendeu, em grau de recurso, o fornecimento, pelo estado de Alagoas, de medicamentos necessários ao tratamento de transplantados renais e pacientes renais crônicos em hemodiálise. Tal decisão tem sido utilizada como

jurisprudência em outros estados brasileiros.

Flávio Arns (PT-PR) explicou que a lista de medicamentos emitida pelo Ministério da Saúde não é atualizada há cinco anos e, portanto, não inclui algumas doenças graves. Além disso, determina dosagens inferiores à necessidade de determinados pacientes. Segundo Arns, em decorrência da decisão do STF, as pessoas estão obtendo os remédios de que precisam somente por meio de medidas liminares na Justiça.

Arns informou que o Movimento pela Vida “Brasil Mostra sua Cara” é composto por associações de pessoas portadoras de doenças crônicas, de vários estados brasileiros, que dependem de medicamentos de alto custo.

## COMISSÕES



Estudantes de escolas do Distrito Federal participam de reunião na CDH, presidida por Paulo Paim (C)

## Crianças apresentam proposta a senadores

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) realizou, na quinta-feira, audiência que contou com dezenas de crianças e adolescentes dos ensinos médio e fundamental de quatro escolas de cidades-satélites do Distrito Federal. Os estudantes propuseram aos senadores medidas de segurança para acabar com a violência dentro e fora das escolas, de educação no trânsito e de mudança curricular.

A audiência é a primeira de uma série a ser realizada pela comissão, com o objetivo de discutir formas de se aprimorar o exercício da cidadania a partir da legislação participativa e foi requerida pelo presidente da comissão, senador Paulo Paim (PT-RS). As propostas sugeridas pelas crianças foram agrupadas em um projeto de lei, protocolado pelo colegiado no final da reunião, que será analisado pelo Senado. O relator escolhido para a matéria foi o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), nome sugerido por Paim e aprovado por

aclamação pelos participantes.

As crianças discursaram da Mesa, ao lado de Paim, e revezaram-se em quatro turnos, representando os centros de Ensino Fundamental do Paranoá, de Ceilândia e do Gama e a Escola Classe de Samambaia.

No final da reunião, Paim leu o projeto elaborado pela consultoria técnica do Senado a partir das sugestões dos jovens. A proposta foi assinada, para efeito do protocolo, pela Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias. A igreja mantém um programa de projetos comunitários, denominado “Mãos que ajudam”. De forma simbólica, os estudantes aprovaram o projeto com uma salva de palmas.

Paim explicou que o projeto ainda poderá receber contribuições da sociedade. Os estudantes ganharam de lembrança um kit contendo uma caneca com bom-

bons, 11 estatutos que tratam da legislação sobre educação e cidadania e um lanche. Paim disse também que enviará um DVD sobre a reunião da comissão para as escolas, o governo do Distrito Federal e os ministérios da Educação, da Justiça e do Esporte.

– A partir de hoje [quinta-feira, 11], a comissão entra num novo momento, que culmina com a apresentação de projeto de lei a partir da vontade popular – concluiu Paim.

**Estudantes pedem medidas contra mazelas que atingem escolas**

As outras reuniões destinadas à discussão com a população terão como temas: Emendas Orçamentárias de Comissão; Preconceitos; Dia da Juventude; Movimento Sindical; Meio Ambiente; Idoso; Código de Defesa do Consumidor; Empresários; Componentes do Judiciário; Pessoas com Deficiência; Mulheres; Desemprego; Movimento Sem Terra e Prefeitos.

## Telemarketing: projetos serão unificados

A necessidade de regulamentar o setor de telemarketing foi defendida por todos os representantes de entidades públicas e privadas de defesa do consumidor, em debate promovido pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) na semana passada. Eles também apoiaram a criação de uma lista de usuários que não desejem ser contatados por serviços de telemarketing ativo (quando o usuário recebe a ligação).

A audiência foi requerida pelo relator, senador Renato Casagrande (PSB-ES), que destacou a importância do debate para auxiliar na elaboração de um substitutivo aos dois projetos que tramitam na comissão – o PLS 243/04, de Roseana Sarney (PMDB-MA), e o PLS 123/07, de Expedito Júnior (PR-RO).

A proposta do senador Expedito Júnior, regulamenta “as chamadas telefônicas não-solicitadas

para oferta de bens, serviços ou solicitação de donativos”. De acordo com a proposta, no início da chamada deve haver identificação completa da entidade de origem e declaração precisa do objetivo da chamada.

O projeto da senadora Roseana Sarney, por sua vez, “proíbe abusos e fraudes nos serviços e implementa o Cadastro Nacional de Chamadas” – uma lista de quem deseja não ser alvo do telemarketing ativo. Esse foi um dos temas que mais causou polêmica durante o debate da semana passada.

A coordenadora de assuntos jurídicos do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, Maria Beatriz Corrêa Salles, defendeu reiteradamente a criação da lista de exclusão. Ela também considera que a atuação do serviço de telemarketing deve ser restrita ao horário comercial.

Já o presidente do conselho deliberativo da Associação Brasileira de Telesserviços, Topázio Silveira Neto, defendeu a auto-regulamentação do setor. Segundo ele, o telemarketing ativo emprega cerca de 200 mil pessoas no Brasil e a criação de uma lista de exclusão pode trazer riscos à atividade.

O gerente jurídico do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Marcos Diegues, afirmou que o instituto apóia os dois projetos, mas defendeu a adoção da definição de telemarketing prevista no PLS 243/04.

O senador Marcelo Crivella (PR-RJ) sugeriu a adoção de um número especial para empresas do setor, que permita aos usuários identificar a chamada e poder optar por não atender. Já Expedito Júnior disse apoiar a criação de um cadastro de exclusão de usuários, que ficaria sob a responsabilidade das empresas, “sem custo para o consumidor”.

## Marisa preside comissão do Parlamento do Mercosul

As dez comissões temáticas permanentes do Parlamento do Mercosul já estão em funcionamento. Os presidentes e vice-presidentes de cada uma delas foram eleitos na segunda-feira passada em Montevideu (Uruguai). Entre os dez presidentes, três são brasileiros: a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) e os deputados Cezar Schirmer (PMDB-RS) e José Paulo Tóffano (PV-SP).

Eleita para presidir a Comissão de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esporte, Marisa anunciou que pretende estimular o intercâmbio de estudantes universitários dos países que compõem o Mercosul – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai e Venezuela, este em processo de adesão. Também será objetivo da comissão incentivar o ensino de espanhol a estudantes brasileiros e o ensino de português aos estudantes de países de língua espanhola.

– O fluxo intenso de estudantes ajudará a construir uma identidade do Mercosul – aposta.

Outra medida de apoio ao intercâmbio de jovens, adiantou a senadora, será a proposta de criação dos Jogos Universitários do Mercosul. Na área de ciência e tecnologia, Marisa Serrano pretende estimular o intercâmbio de mestres e doutores, além

de colocar em discussão temas como a inovação tecnológica e a propriedade intelectual.

Cezar Schirmer presidirá a Comissão de Assuntos Econômicos, Financeiros, Comerciais, Fiscais e Monetários, enquanto José Paulo Tóffano presidirá a Comissão de Desenvolvimento Regional Sustentável, Ordenamento Territorial, Moradia, Saúde, Meio Ambiente e Turismo.

Dois senadores foram ainda eleitos vice-presidentes de comissões: Romeu Tuma (DEM-SP), escolhido vice-presidente da Comissão de Assuntos Interiores, Segurança e Defesa, e Inácio Arruda (PCdoB-CE), eleito vice-presidente da Comissão de Infra-Estrutura, Transportes, Recursos Energéticos, Agricultura, Pecuária e Pesca.



Marisa Serrano quer estimular o intercâmbio de estudantes dos países do bloco

## Criação de Parlamento da América do Sul divide opiniões

Por falta de consenso, o Parlamento do Mercosul adiou para a reunião dos dias 12 e 13 de novembro a decisão sobre a participação em reunião com o Parlamento Andino, na Colômbia, para debater a criação do Parlamento da União das Nações Sul-Americanas (Unasul). O novo órgão nasceria a partir da união entre os parlamentos Andino e do Mercosul, além da participação de Chile, Guiana e Suriname, países que não participam de nenhum dos dois blocos regionais.

O adiamento da decisão foi anunciado pelo presidente do Parlamento do Mercosul, deputado uruguaio Roberto Conde.

A possibilidade de criação de um novo parlamento regional foi o principal tema debatido

no Plenário, por iniciativa do deputado Beto Albuquerque (PSB-RS), que classificou a proposta de “preocupante” e “diversionista”.

O deputado foi apoiado pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), para quem é necessário, nesse momento, “dar vida e legitimidade” ao Parlamento do Mercosul, que acaba de instalar as suas comissões permanentes.

Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu a presença de Conde, ainda que como observador, nos debates com o Parlamento Andino. Por sua vez, Sérgio Zambiasi (PTB-RS) disse que apoiaria a criação de um espaço parlamentar sul-americano, mas não de um outro parlamento, com toda uma nova estrutura.

## Comissão debaterá uso de embalagem biodegradável

A Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas, a pedido da deputada Rebecca Garcia (PP-AM), vai discutir a produção de embalagens biodegradáveis, em audiência em Manaus. Serão convidados o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Antônio Silva; o secretário estadual do Meio Ambiente, Virgílio Viana; o presidente da Associação de Reciclagem e Preservação Am-

biental (Arpa) de Manaus, Raul Lima Miranda; e ainda o diretor-superintendente da RES Brasil, Eduardo Van Roost.

A comissão também aprovou a realização de debate em Vitória com representantes de entidades do setor florestal do Espírito Santo. O objetivo, conforme requerimento do deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO), é analisar os efeitos das mudanças climáticas em áreas urbanas.

**PARTIDOS** Resolução pode sair nesta semana e deve especificar casos em que troca de partido é defensável

NELSON JR./ASICS/TSE



Os ministros do TSE Ayres Britto (E), Ari Pargendler e Gerardo Grossi: tribunal irá julgar "infiéis"

# TSE definirá regras para fidelidade partidária

Depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) reforçou, no início do mês, o princípio da fidelidade partidária para as eleições proporcionais, cabe agora ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) definir regras claras para o jogo, inclusive nos diversos processos que serão movidos pelos partidos interessados em reaver mandatos dos chamados "infiéis".

Uma resolução com as normas poderá ser divulgada nesta semana pelo TSE. Será assegurada ampla defesa aos deputados e vereadores, e a Justiça Eleitoral já considera válidas, como linhas de defesa para a troca de partido, razões como grave divergência ideológica com a antiga legenda ou perseguição política.

O presidente da Corte, Marco Aurélio Mello, designou o ministro Cezar Peluso para relatar o projeto de resolução que irá disciplinar o processo adminis-

trativo contra parlamentares que trocaram de partido. Otimista, Marco Aurélio acredita que os primeiros casos poderão ser julgados ainda este ano.

- Vamos trabalhar para conferir a maior celeridade possível a esse processo. Não podemos permitir que isso seja elemento para postergar uma definição até porque o mandato está em curso. O parlamentar pode acabar cumprindo o mandato e não se julga nada - disse o ministro.

No entanto, como decidiu o STF na sessão do dia 4, considerada histórica por muitos analistas, apenas aqueles parlamentares que trocaram de legenda após a resolução do próprio TSE, em 27 de março, é que deverão prestar explicações sobre a mudança, sob risco de perderem os mandatos. Pelo menos 19 deputados federais e senadores mudaram de legenda depois da resolução do TSE.

## No Senado, oito já mudaram de partido

Oito senadores trocaram de partido desde as últimas eleições de 2006. Os mais recentes casos foram oficializados na semana passada, ambos saíram do DEM (legenda que já perdeu quatro cadeiras na Casa): Edison Lobão (MA) transferiu-se para o PMDB e Romeu Tuma (SP) para o PTB. Antes deles, na atual legislatura, seis senadores fizeram a migração partidária alegando diversos motivos (veja os quadros).

Lobão comunicou, em requerimento lido na quarta-feira passada em Plenário, sua troca de legenda. Tuma, por sua vez, assinou ficha de filiação aos trabalhistas no dia 6, porém até quinta-feira não havia informado oficialmente a Mesa do

Senado de sua decisão.

Os senadores anteciparam-se, assim, à reunião do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que decidirá, provavelmente nesta semana, sobre a fidelidade partidária para os cargos majoritários. Mas, a princípio, o interesse imediato dos dois senadores não é encontrar espaço no xadrez partidário para o pleito municipal de 2008.

Segundo Lobão informou à imprensa, seu desejo é disputar o governo do Maranhão em 2010 e a escolha pelo PMDB era natural, uma vez que, como observou, seus maiores aliados políticos no estado - como a senadora Roseana Sarney e o deputado Alberto Silva - estão no partido.

Já Tuma alega que o DEM escolheu outro candidato para disputar o Senado em 2010, o que o obrigou a transferir-se para o PTB.

À Agência Senado, Edison Lobão mostrou-se seguro em relação à mudança, por não acreditar que ela será impugnada pelo TSE, levando risco ao seu mandato.

Romeu Tuma analisou com advogados e especialistas em Direito Eleitoral a questão antes de decidir-se pela mudança. Segundo o secretário-geral do PTB, deputado Campos Machado, as negociações para a troca de legenda duraram três meses. Ele não descartou o lançamento de Tuma para concorrer à Prefeitura de São Paulo.

## Nos países avançados, não é preciso lei antitrocas

Em três dos principais países desenvolvidos do mundo, a questão da fidelidade partidária transcende as normas definidas pela Constituição ou por uma legislação específica, para ater-se ao compromisso que os políticos têm com as idéias e propostas que defendem. Estados Unidos, França e Alemanha, cada qual à sua maneira, são exemplos claros disso, como demonstra estudo elaborado pelo consultor legislativo da Câmara dos Deputados Lúcio Reiner.

No caso norte-americano, a legislação não prevê punição para quem trocar de partido. A democracia firme e consolidada por mais de 200 anos de permanente prática eleitoral é que moldou um sistema forte, em que há uma infinidade de partidos, porém apenas dois efetivamente nacionais e influentes, que vêm se revezando no poder: democratas e republicanos.

Mais do que simples rótulos, eles definem claramente, para o eleitor americano, o projeto de país, as prioridades políticas e a forma de administrar que ele estará escolhendo nas urnas. Por isso, são raríssimos os casos de mudanças entre os dois grandes partidos. Aquele que fizesse a travessia seria considerado como pouco confiável

pelo eleitorado.

Na França, a lei tampouco estipula fidelidade, deixando-a a cargo dos partidos. Os políticos franceses só trocam de legenda quando há fusão, incorporação ou - o que é mais freqüente na centro-direita - mera mudança de nomenclatura da agremiação. Não há caso de troca de espectro político por um nome de reputação nacional.

"Existe uma fidelidade partidária ligada a princípios e programas de governo, os partidos franceses são marcados ideologicamente, o que compromete os eleitos. Torna-se particularmente difícil, nesse contexto, explicar mudanças de legenda aos eleitores", descreve Lúcio Reiner, em seu estudo.

Na Alemanha, a Lei dos Partidos Políticos remete explicitamente a questão da fidelidade partidária ao estatuto de cada agremiação. Mas, como na França e nos EUA, o forte comprometimento dos políticos com as legendas e as idéias que elas representam faz das ocorrências de troca-troca uma verdadeira raridade. Novamente, como nos casos anteriores, isso acontece graças à cobrança do eleitorado, que não referendaria um candidato capaz de migrar entre siglas ideologicamente incompatíveis.

### As trocas mais recentes

Quem	Do	Para o	Quando	Por quê
Expedito Júnior (RO)	PPS	PR	2006 dezembro	Alegou não concordar com a ideologia do partido pelo qual se elegera.
Roseana Sarney (MA)	DEM	PMDB	2006 dezembro	Apoiou Lula, e não Geraldo Alckmin, em 2006. O DEM faz oposição a Lula.
Fernando Collor (AL) (*)	PRTB	PTB	2007 fevereiro	Vai disputar o governo de Alagoas e desejava um partido mais estruturado e com maior densidade eleitoral.
César Borges (BA)	DEM	PR	2007 setembro	Será presidente regional do partido e candidato ao governo.
Patrícia Saboya (CE)	PSB	PDT	2007 setembro	Patrícia quer disputar a prefeitura de Fortaleza, mas o PSB decidiu apoiar a reeleição de Luiziane Lins (PT).
Euclides Mello (AL) (*)	PRTB	PTB	2007 outubro	Trocou de partido ao assumir a cadeira do titular, que agora é do PTB.
Edison Lobão (MA)	DEM	PMDB	2007 outubro	Quer disputar o governo do Maranhão em 2010.
Romeu Tuma (SP)	DEM	PTB	2007 outubro	Garantir legenda para tentar a reeleição em 2010.

(\*) Licenciado, sua vaga é ocupada por seu suplente Euclides Mello.

### Outros casos na legislatura

**Leomar Quintanilha (TO)**  
- deixou o PMDB em 2005, filiou-se ao PCdoB, mas retornou ao PMDB em 2006

**Mozarildo Cavalcanti (RR)**  
- trocou o PPS pelo PTB

**Augusto Botelho (RR)**  
- mudou do PDT para o PT

**Magno Malta (ES) e Alfredo Nascimento (AM)**  
- ex-PL, passaram ao PR (resultante da fusão PL-Prona)

**Patrícia Saboya (CE)**  
- elegeu-se pelo PPS mas filiou-se ao PSB em 2005

**Marcelo Crivella (RJ)**  
- saiu do PL em 2005 e filiou-se ao PRB (ex-PMR)

## PLENÁRIO

# Zambiasi defende agências reguladoras

As agências são “um fenômeno recente” no Brasil e devem ser aprimoradas, defendeu Sérgio Zambiasi (PTB-RS). O senador posicionou-se contra a manifestação de Francisco Dornelles (PP-RJ) pela extinção da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

De acordo com Zambiasi, Dornelles fez severa crítica à resolução editada pela Anvisa, que estabelece extensas regras para o funcionamento de farmácias de manipulação. Para o representante fluminense, cumprir as exigências é impraticável.

Zambiasi disse não conhecer os pormenores da resolução, mas acredita no depoimento de Dornelles. Todavia, discorda que a solução seja a extinção da agência, criada em 1999 com o objetivo de proteger a saúde da população por meio do controle sanitário, além de vigiar portos, aeroportos e fronteiras. Ele lembrou que a Anvisa, logo em sua criação, teve de combater a máfia dos



Zambiasi lembra atuação da Anvisa no combate à máfia dos medicamentos

medicamentos, “que fraudava, falsificava, adulterava e pirateava remédios”. Zambiasi acrescentou que a agência cumpriu a missão com sucesso. Citou também operação realizada pela Anvisa na semana passada, em conjunto com a Polícia Federal, quando foi presa uma quadrilha que fazia próteses e órteses falsas.

– Sabemos que o sistema não é perfeito. Os procedimentos podem ser capazes de criar entraves, muitas vezes questionáveis, mas não é com base em percalços ou imperfeições acidentais que

devemos postular a extinção do órgão – afirmou Zambiasi.

Em aparte, Mão Santa (PMDB-PI) disse que a criação das agências reguladoras foi “uma feliz idéia do governo do estadista Fernando Henrique Cardoso”.

## Senador elogia audiência com crianças na CDH

Zambiasi ainda parabenizou Paulo Paim (PT-RS), presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), por ter feito uma audiência para que crianças do Distrito Federal pudessem expor suas preocupações com a educação. Zambiasi disse ter ficado “muito impressionado” com os casos citados de violência nas escolas, “muitas vezes dentro de sala de aula”. Citou o caso de “traficantes que tiveram a audácia de ir de sala em sala oferecer drogas”.

– Parabéns, senador Paim. A reunião permitiu desmascarar um processo que muitas vezes fica oculto. Uma realidade com a qual a periferia convive e que o centro do poder muitas vezes ignora – afirmou.

## Mão Santa ressalta papel institucional do Senado

A importância do Senado para a democracia e o seu papel institucional de “equilíbrio de forças, serenidade e sabedoria” foi destacada por Mão Santa (PMDB-PI). Ele comparou o Senado ao evento bíblico em que Moisés, desesperado com o desvario do seu povo adorando um bezerro de ouro, ouviu a voz de Deus aconselhando-o a procurar os mais velhos e sábios para ajudá-lo na condução do povo judeu.

– Esta Casa não fechou na ditadura e, agora, estão falando em acabar com o Senado. Sem esta Casa, acabou a democracia. Esse é o modelo de [Hugo] Chávez e de Fidel [Castro] – afirmou, referindo-se ao presidente da Venezuela e ao dirigente de Cuba.

Mão Santa lembrou a declaração de Petrônio Portella, então presidente do Senado quando os militares cercaram o Congresso com canhões: “Este é o dia mais triste da minha vida”. O senador frisou que a autoridade de um presidente do Senado é moral e que, após ouvirem Petrônio, os militares foram refletir, os canhões pararam, os soldados recuaram e o Congresso foi reaberto.

– A autoridade não pode ser suspeita – disse.

## Paim destaca livro sobre pessoas com deficiência

O lançamento do livro *Heroísmo sem limites*, que apresenta histórias de brasileiros com deficiência, foi elogiado por Paulo Paim (PT-RS). O livro foi publicado pelo Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

– Nas páginas do livro, podemos conhecer um pouco mais sobre a história de pessoas como nós. Afinal, todos temos limitações. Umas maiores, outras menores, mas todos temos – disse o senador.

Paim comemorou também a realização, na última quinta-feira, de audiência pública na CDH, da qual participaram cerca de 40 crianças e adolescentes dos ensinos médio e fundamental de quatro escolas do Distrito Federal. O senador assinalou que as crianças apresentaram propostas de projeto de lei referentes a problemas que elas percebem no cotidiano, como a violência dentro e fora das escolas. Paim informou ter indicado o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) como relator das propostas desses jovens.

No mesmo discurso, Paim ainda defendeu que o governo federal destine recursos para as universidades estaduais e a disseminação de escolas técnicas por todo o Brasil.

## Malta: adotar uma criança é o maior dos privilégios

A passagem do Dia das Crianças, comemorado na última sexta-feira, foi saudada por Magno Malta (PR-ES), embora o senador tenha lamentado que muitas delas ainda vivam em condição de miséria no país.

– Ainda é triste imaginar que um país como o nosso, que tem uma empresa como a Vale do Rio Doce, que arranca ouro do chão, um país que tem tanta água, tanto peixe, tanta caça, tanta riqueza mineral, ainda temos 35 milhões de miseráveis. E quantos milhões de miseráveis serão crianças? – perguntou.

Malta ressaltou que a adoção será o tema de audiência a ser realizada pela Comissão de Direitos Humanos no pró-

ximo mês.

– Não há privilégio maior na vida que o de adotar. Temos o objetivo de mudar uma legislação tão cruel com os brasileiros que querem adotar e mais cruel ainda com as crianças que querem ser adotadas. Hoje, só levar para adoção internacional é fácil. E algumas das crianças são levadas para morte, para venderem os rins ou os olhos delas – lamentou.

O senador também criticou o projeto (PLC 122/06), atualmente em tramitação na CDH, que trata como crime a prática da homofobia. “Sei que esse é um tema do qual muita gente corre, mas eu não vou correr dele. Estou preparando emendas a esse projeto”, afirmou.

## Valter Pereira comemora 30 anos de Mato Grosso do Sul

Os 30 anos da criação do estado de Mato Grosso do Sul foram comemorados por Valter Pereira (PMDB-MS). O senador lembrou a ação do então presidente Ernesto Geisel que, em 1977, seguindo orientação da Escola Superior de Guerra, sancionou lei complementar desmembrando o Mato Grosso.

– O Norte inaugurou uma prosperidade inédita, tornando-se fantástico celeiro do agronegócio e da pecuária. O destino de Mato Grosso do Sul não foi diferente. A partir da grande

expansão agrícola e pecuária iniciada na década de 70, no rumo do Centro-Oeste, desabrochou o seu extraordinário potencial econômico – disse.

Valter Pereira observou, contudo, que mesmo sendo seu estado um dos maiores produtores de grãos do país, apenas 40% da soja produzida internamente é esmagada ali. Segundo ele, apenas uma indústria de óleo refina soja no estado, sendo que também não há produção de margarina, gordura vegetal ou bebida à base desse vegetal.

## Lobão pede reconhecimento para os servidores públicos

O senador Edison Lobão (PMDB-MA) sustentou a necessidade de reconhecimento dos servidores públicos que, conforme afirmou, vêm sendo indevidamente culpados pelas mazelas do país, “embora a maioria esmagadora deles já tenha mostrado sua capacidade e competência”.

Antecipando o Dia do Servidor, que transcorre em 28 de outubro, Lobão recordou a his-

tória do funcionalismo público no Brasil e importantes nomes da literatura e da política que foram funcionários públicos, como Juscelino Kubitschek, e os escritores Machado de Assis, Graciliano Ramos e Carlos Drummond de Andrade.

– Devemos deixar claro, no dia do servidor, que respeitamos sua atuação, suas atividades e sua participação no bom desempenho do Estado – disse.

## Senadores homenageiam ortopedistas

O Senado homenageou, na última quinta-feira, em sessão especial, a Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia (SBOT). O senador Paulo Duque (PMDB-RJ), que requereu a realização da sessão, disse que a sociedade é composta por 9.631 ortopedistas, que atendem a cerca de 12 milhões de brasileiros por ano.

Paulo Duque observou que cabe ao ortopedista e ao traumatologista atenderem pacientes de todas as faixas etárias no tratamento de doenças congênitas, lesões esportivas, acidentes pessoais ou do trabalho e lesões decorrentes de violência e trau-

mas de toda ordem, incluindo vítimas de trânsito.

Compuseram a Mesa o presidente da SBOT, Marcos Esner Musafir; o deputado Darcísio Perondi, presidente da Frente Parlamentar da Saúde; e o vice-presidente da Associação Médica Brasileira, Hélio Barroso, entre outros.

Em discurso lido na ocasião por Paulo Duque, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) disse que a entidade tem desempenhado um dos mais importantes papéis para aumentar a consciência sobre o flagelo nacional dos acidentes de trânsito. Segundo Renan, tramitam no

Congresso dezenas de projetos de lei com o objetivo de implementar controle e punição mais rigorosos para os motoristas irresponsáveis, especialmente os que fazem ingestão de álcool.

Por sua vez, Papaléo Paes (PSDB-AP) afirmou que só votará a favor da prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) se os recursos desse tributo forem destinados exclusivamente à saúde.

Papaléo também ressaltou que as diversas ações na área social desenvolvidas pela SBOT valerem-lhe, no ano passado, a concessão do título de Utilidade



Paulo Duque (E) e Papaléo (D) entregam placa ao presidente da SBOT, Marcos Musafir, durante homenagem à entidade

Pública Federal, pelo Ministério da Justiça.

Já Marconi Perillo (PSDB-GO) salientou que os profissionais das áreas de ortopedia e trauma-

tologia, com o auxílio das novas tecnologias, conseguem devolver os movimentos à grande maioria dos pacientes e reparar lesões e fraturas.

## Voz do Leitor

## TELEFONIA

“Os usuários de telefone estão indefesos nos seus direitos, pois as prestadoras de telefonia fixa e móvel fazem o que querem e não existe uma legislação para mudar a situação.”

**Daniel Henrique Miguel, de Poços de Caldas (MG)**

## PUNIÇÃO

“Sugiro que os poderes públicos federal, estaduais e municipais sejam indicados pelos conselhos da OAB, só assim teríamos certeza que os corruptos, os mensaleiros, etc. seriam punidos e obrigados a devolver aos cofres públicos o dinheiro comprovadamente desviado. Os governos e os partidos que assim fossem favorecidos também seriam punidos severamente.”

**Ednaldo José dos Santos, de São Paulo (SP)**

## INSS

“Sugiro alterar as alíquotas de contribuição ao INSS: no caso de quem recebe até R\$ 868,29, as alíquotas passariam de 7,65% para 4,5%. Para quem recebe deste valor até R\$ 1.140, passariam de 8,65% para 6%. Creio que seria benéfico para empresas e trabalhadores, além do governo. Para as prefeituras de municípios com até 12 mil habitantes seria um alívio enorme. As outras alíquotas continuariam em 9% e 11%.”

**Aderbal Oliveira Torres, de Lagoa Santa (MG)**

## CPMF

“A CPMF foi combatida duramente pelo PT, quando era oposição ao governo. Não é de fácil compreensão a atual postura desse partido pela defesa da prorrogação da mesma.”

**Cláudio de Andrade Silva, de Camutanga (PE)**

## CAMPANHA ELEITORAL

“No Brasil, gastam-se bilhões em campanhas eleitorais e pouco se investe na saúde e na educação. Inúmeros jovens não qualificados lutam em busca do primeiro emprego.”

**Francisca Milena Araújo, de Acaraú (CE)**

## MANDATO

“Acredito no veredicto do STF: o mandato pertence à legenda, desde que o político e o próprio partido sigam a linha da ética na política e façam a vontade popular, que é o principal núcleo da fidelidade.”

**Antonio Dagrella, São Paulo (SP)**

## RESPEITO

“Nós cidadãos brasileiros queremos e exigimos mais respeito com os eleitores e com a história da política brasileira.”

**Romildo Batista da Costa, de Luziânia (GO)**

## SEGURANÇA

“Queria denunciar o descaso com a segurança. Tailândia, no Pará, sétimo mais violento do Brasil, não possui viaturas para o policiamento, poucos policiais e nem mesmo papel para emitir boletim de ocorrência. Um agravante: em minha primeira visita ao município, fui mantido como refém em assalto à mão armada na casa de um amigo. Que país é este?”

**Tarcísio Costa, de Belém (PA)**

## CONCURSOS

“Parabenizo a iniciativa do senador Mão Santa, de apresentar o PLS 509/03, para que os concursos federais sejam realizados em todos os estados do país onde houver número significativo de inscritos.”

**Célia Maria de Sousa, de Boa Esperança (MG)**

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

## Ambiente legal

## Alerta sobre uso de celular

O Colégio de Médicos de Viena, na Áustria, advertiu que as radiações dos telefones celulares são genotóxicas (daninhas ao DNA) e potencialmente cancerígenas. Com base no Estudo Reflex – realizado a pedido da Comissão Europeia com a colaboração de 12 importantes centros de pesquisa de sete países –, os cientistas observam que todas as pessoas

estão sujeitas ao efeito das ondas eletromagnéticas, mas as crianças mostram-se mais vulneráveis, por terem os ossos do crânio mais finos.

A equipe recomenda que só se usem os aparelhos celulares em casos de urgência extrema e por curto período. Além

disso, as pessoas devem desligar o telefone à noite, deixá-lo longe da cabeceira da cama e evitar os jogos.



## Para melhorar a dieta do brasileiro

A obesidade pode estar se tornando um problema maior que a desnutrição no Brasil, segundo estudo da Unifesp e da USP. A média dos brasileiros acima de 40 anos encontra-se acima do peso, come muito e mal e exagera sobretudo na proteína, nos carboidratos e na gordura. Outro dado preocupante é a falta de cálcio na die-

ta brasileira: 90% da população ingerem esse elemento em níveis abaixo do recomendado. Outros nutrientes importantes em falta são as vitaminas A e C e o magnésio. Em praticamente todos os casos, uma simples dieta balanceada, incluindo leite e derivados, frutas, verduras e legumes, seria suficiente para sanar esses problemas.

Estudo publicado na revista *American Journal of Public Health*, dos EUA, afirma que cerca de 4 mil ataques cardíacos podem ter sido evitados em um ano com a proibição de fumar em lugares públicos no estado de Nova York, que entrou em vigor em 2003. Os pesquisadores concluíram que as entradas em hospitais relacionadas ao infarto agudo do miocárdio caíram mais de 8% em 2004. “É uma intervenção em saúde pública que não custa praticamente nada; então, conseguir esse tipo de resultado de uma intervenção barata não tem paralelos”, disse Ursula Bauer, diretora do Departamento de Saúde.

## TRATAMENTO DE ESGOTO

- Um novo sistema de tratamento de esgotos desenvolvido na Universidade de Granada, na Espanha, está sendo apontado como a solução para empresas e pequenas cidades que não conseguem arcar com os custos de implantação de uma estação de esgotos tradicional. A base do sistema é um biorreator de membrana, que acelera o processo de clarificação da água, eliminando o estágio da decantação secundária.

## ESTÍMULO À RECICLAGEM

- As agências do Banco Real e as lojas do Pão de Açúcar promovem programas de reciclagem. Pilhas e baterias usadas - que contêm materiais contaminantes do solo e dos lençóis freáticos - estão sendo recolhidas no papapilhas das agências do Real. As lojas do Pão de Açúcar - que já recolhem lixo como papel, vidro, plástico e metal - passam a reciclar também o óleo de cozinha usado, responsável por danos ao meio ambiente.

## Frases

“Na noite de hoje, decidi me licenciar da Presidência do Senado Federal, pelo prazo de 45 dias, a fim de demonstrar de forma cabal e respeitosa à nação, e a todos os ilustres senadores, que não precisaria do cargo de presidente do Senado Federal para me defender”

Renan Calheiros, em anúncio na quinta-feira à noite.

“Licença, em hipótese alguma. Renúncia definitiva, seguida de algum tipo de punição, como a suspensão do mandato durante certo tempo, pode ser. Mas não garanto”

José Agripino, sobre se a licença de Renan poderia ser trocada pela absolvição.

“Vai ser um parecer técnico (...). A minha posição como senador é uma, e como relator é outra”

Jefferson Péres, ao ser designado relator da terceira representação contra Renan.

“Sem reduzir a alíquota, é impossível aprovar [a CPMF] no Senado do jeito que veio na Câmara”

Tasso Jereissati, para quem a prorrogação da CPMF será difícil com a atual alíquota.

“Quando eles eram governo, a CPMF era boa. Agora, que estão na oposição, a contribuição não presta”

Magno Malta, em crítica à mudança de posição de senadores que, no governo Fernando Henrique, defenderam a CPMF.

“O ministro não deveria fazer chantagem com o Congresso”

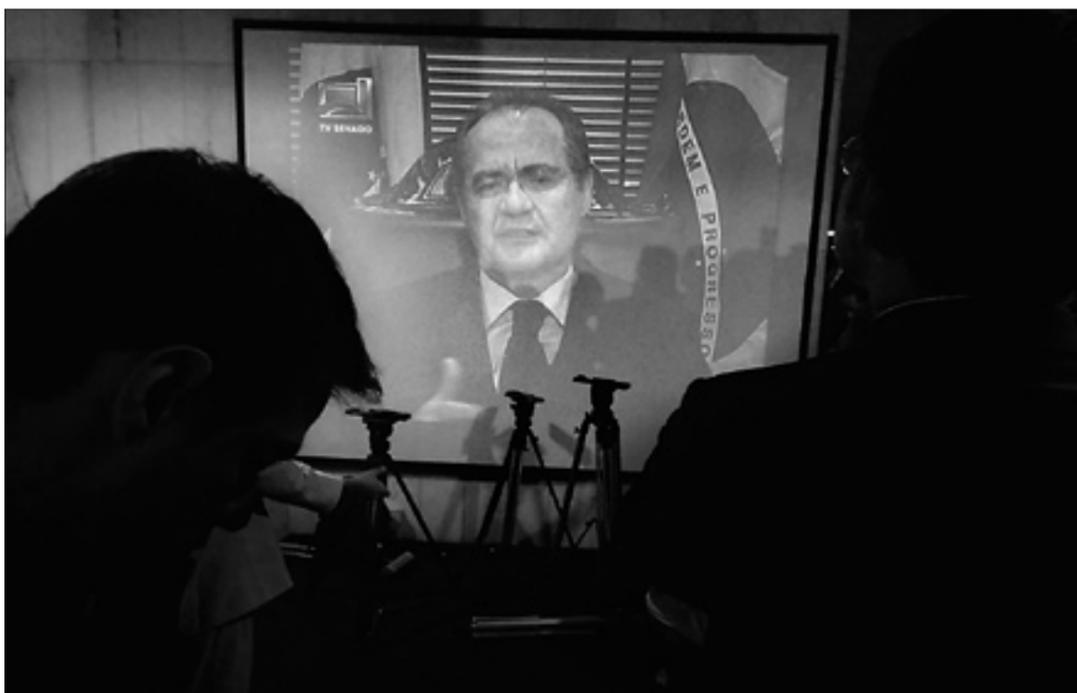
Kátia Abreu, ao criticar o ministro Guido Mantega, segundo o qual, sem CPMF, os impostos podem aumentar.

“Se o Senado americano tem um conceito menor do que o nosso, pelo amor de Santa Filomena, como ele está?”

Mário Couto, ao questionar argumento apresentado por Renan Calheiros contra a pressão da opinião pública.

## Foto da Semana

Telão instalado entre o Plenário e o gabinete da Presidência do Senado exibe transmissão ao vivo da TV Senado em que Renan Calheiros anunciou, na última quinta-feira, seu licenciamento do cargo de presidente da Casa por 45 dias. Ele pretende se defender nos três processos que já responde no Conselho de Ética, além de nova representação protocolada na Mesa na semana passada



LEOPOLDO SILVA

# Na TV, autêntica arte popular

O programa *Inclusão*, da TV Senado, apresenta neste fim de semana documentário especial sobre arte popular brasileira. Com estréia marcada para sábado, às 11h30, e reprises às 22h30 do mesmo dia e no domingo, às 9h e às 16h30, o *Inclusão* traz manifestações artísticas da população de diversas regiões brasileiras.

Entre os destaques estão a xilogravura, que completa cem anos de uso na literatura de cordel, danças típicas do Norte e Nordeste como o maracatu, o frevo, a festa do boi-bumbá e a lenda do congado, modinhas, cirandas e afoxés entoados pelo Coral das Lavadeiras de Almenara, do vale do Jequitinhonha.

## O samba conta a história do Brasil

A TV Senado exibirá no próximo fim de semana o programa *O Brasil na Avenida*, quinto episódio da série *Trilhas da História*.

## Criminalista explica direitos penais

O programa *Fique por Dentro da Lei*, da Rádio Senado, vai tratar do funcionamento do aparato do Estado (Polícia Civil, Ministério Público e Justiça) quando uma pessoa comete um crime. O entrevistado é Cléber Lopes de Oliveira, advogado criminalista e professor de Processo Penal, que falará também dos direitos das pessoas condenadas à prisão. O programa vai ao ar nesta terça-feira, às 8h30.

Neste sábado, às 16h30 e 21h30, com reprise do domingo, às 22h.

A produção mostra como o samba ajudou a contar a história brasileira por meio dos enredos entoados nos desfiles de carnaval e como o crescimento das escolas de samba favoreceu o desenvolvimento das comunidades em que elas estão instaladas.

O programa esclarece por que

o samba pode ser considerado um dos maiores símbolos da identidade nacional ao traduzir a mistura, a ginga e a alegria do brasileiro desde o seu surgimento, no início do século passado,

sob a influência dos lundus cantados pelos escravos, dos batuques africanos dos terreiros de candomblé e do maxixe, entre outros elementos.

O enfoque político do samba

também é abordado neste episódio – o samba a favor do governo Vargas, contra a ditadura militar e a irreverência de compositores como Noel Rosa, Adoniran Barbosa e Cartola, entre outros.



Tradição típica do Norte e Nordeste, boi-bumbá está no programa *Inclusão*

## Fidelidade partidária em debate

O programa *Conexão Senado* desta segunda-feira, às 12h na Rádio Senado, analisará com especialistas a confirmação, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), da decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de que os mandatos obtidos nas eleições proporcionais pertencem aos partidos políticos, não aos candidatos eleitos. A medida vale

para deputados federais, estaduais e distritais e vereadores e confirma a exigência da chamada fidelidade partidária. Os parlamentares que trocaram de partido depois do dia 27 de março deste ano – data do julgamento no TSE – estão sujeitos a devolver os mandatos aos partidos pelos quais concorreram às eleições.

## Em pauta, desafios do comércio exterior

Os desafios do comércio exterior são o tema do *Senado Economia* desta segunda-feira, às 8h30, na Rádio Senado. No programa será entrevistado o vice-presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados, Ricardo Wirth, que irá tratar da concorrência dos produtos chineses, dos efeitos do real valorizado, das barreiras comerciais dos Estados Unidos e das relações comerciais no Mercosul.

## TV Senado

### SEGUNDA-FEIRA

1h - Leituras  
1h30 - Conversa de músico  
2h - Especiais  
3h - Inclusão/Diplomacia  
4h - Cidadania Debate  
5h - Cidadania Entrevista  
5h30 - Parlamento Brasil  
6h - Cidadania Debate  
7h - Leituras  
7h30 - Cidadania Entrevista  
8h - Diplomacia/Inclusão  
9h - Parlamento Brasil  
9h30 - Alô Senado  
10h - Especial/Comissões  
12h - Cidadania Entrevista  
12h30 - Direto do Cafezinho  
13h - Cidadania Debate  
13h45 - Senado Agora (ao vivo)  
14h - Plenário (ao vivo)  
18h30 - Senado Agora  
18h45 - Direto do Cafezinho/Comissões (ao vivo)  
19h - Cidadania Debate  
20h - Direto do Cafezinho  
20h30 - Cidadania Entrevista  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões

### TERÇA A QUINTA-FEIRA

1h - Plenário (reapresentação) ou Comissões (reapresentação)/Cidadania  
5h30 - Alô Senado ou Leituras  
6h - Cidadania Debate  
7h - Direto do Cafezinho  
7h30 - Cidadania Entrevista  
8h - Direto do Cafezinho  
8h15 - Senado Informa/Aconteceu no Senado  
8h30 - Direto do Cafezinho  
8h45 - Senado Informa/Aconteceu no Senado  
9h - Direto do Cafezinho  
9h30 - Comissões (ao vivo)  
13h45 - Senado Agora (ao vivo)  
14h - Plenário (ao vivo)  
18h30 - Senado Agora  
18h45 - Direto do Cafezinho/Comissões (ao vivo)  
19h - Cidadania Debate  
20h - Direto do Cafezinho  
20h30 - Cidadania Entrevista  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões

### SEXTA-FEIRA

1h - Plenário (reapresentação) ou Comissões (reapresentação)/Cidadania  
5h30 - Parlamento Brasil  
6h - Cidadania Debate  
7h - Direto do Cafezinho  
7h30 - Cidadania Entrevista  
8h - Direto do Cafezinho  
8h15 - Senado Informa/Aconteceu no Senado  
8h30 - Direto do Cafezinho  
8h45 - Senado Informa/Aconteceu no Senado  
9h - Plenário (ao vivo)  
13h45 - Senado Agora (ao vivo)  
14h - Comissões (inéditas ou reapresentação)  
18h45 - Direto do Cafezinho  
19h - Cidadania Debate  
20h - Direto do Cafezinho  
20h30 - Cidadania Entrevista  
21h - Jornal do Senado Federal  
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões (inéditas)

### SÁBADO - 20.10.2007

1h - Cidadania Debate  
2h - Leituras - Mia Couto  
2h30 - Inclusão  
3h30 - Cidadania Entrevista  
4h - Alô Senado  
4h15 - Ecosenado  
4h30 - De coração  
5h - Conversa de Músico - T-Quatro  
6h - Cidadania Debate  
7h - Alô Senado  
7h15 - Ecosenado  
7h30 - Cidadania Entrevista  
8h - De coração  
8h30 - TV Brasil Internacional Hecho a Mano  
9h30 - Leituras (reprise)  
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? - Música Brasileira  
11h - Parlamento Brasil  
11h30 - Inclusão  
12h30 - Cidadania Entrevista  
13h - Alô Senado  
13h15 - Ecosenado  
13h30 - Cidadania Debate  
14h30 - Conversa de Músico (reprise)  
15h30 - Mesa Brasileira - Comida de Santo  
16h30 - Trilhas da História - A história do Samba  
17h30 - Cidadania Entrevista  
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)  
19h - Cidadania Debate  
19h45 - Alô Senado  
20h - Leituras (reprise)  
20h30 - Especial  
21h - Parlamento Brasil  
21h30 - Trilhas da História (reprise)  
22h30 - Inclusão  
23h30 - De coração  
24h - Espaço Cultural - Dias de Picasso - 3ª Parte

### DOMINGO - 21.10.2007

1h - Cidadania Debate  
2h - Alô Senado  
2h15 - Ecosenado  
2h30 - Inclusão  
3h30 - Cidadania Entrevista  
4h - Leituras - Mia Couto  
4h30 - De coração  
5h - Conversa de Músico - T-Quatro  
6h - Cidadania Debate  
7h - TV Brasil Internacional - América do Sul Hoje  
7h30 - Cidadania Entrevista  
8h - Leituras (reprise)  
8h30 - De coração  
9h - Inclusão  
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? - Música Brasileira  
11h - Alô Senado  
11h15 - Ecosenado  
11h30 - Especial  
12h30 - Cidadania Entrevista  
13h - Parlamento Brasil  
13h30 - Cidadania Debate  
14h30 - Espaço Cultural Dias de Picasso - 3ª Parte  
15h30 - Mesa Brasileira - Comida de Santo  
16h30 - Inclusão  
17h30 - Cidadania Entrevista  
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? - Música Brasileira  
19h - Cidadania Debate  
19h45 - Conversa de Músico (reprise)  
20h30 - Leituras (reprise)  
21h - Mesa Brasileira (reprise)  
22h - Trilhas da História A história do Samba  
23h - Parlamento Brasil  
23h30 - De coração  
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

## Como sintonizar

### TV A CABO

NET, TVA e Video Cabo

### TV POR ASSINATURA

Sky (canal 96), Directv (217) e Tecsats (17)

### UHF

João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (51), Salvador (53), Recife (55) e Manaus (57).

### ANTENA PARABÓLICA

#### Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

#### Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 Banda Estendida, Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) -

1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio

Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

## Rádio Senado

### TODOS OS DIAS

6h - Matinas  
7h55 - Cidadania Dia-a-dia  
21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

### DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

7h - Crônicas Musicais  
7h10 - Música e Informação  
8h - Senado Notícias  
8h30 - Plenário em Destaque  
19h - Voz do Brasil  
19h30 - Jornal do Senado  
20h - Música e Informação  
21h - Crônicas Musicais (reprise)  
21h10 - Música e Informação  
22h - Senado Notícias  
24h - Música e Informação

### DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

14h - Plenário (ao vivo)

### DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

9h - Senado Repórter  
10h - Comissões (ao vivo)  
13h40 - Senado Notícias

### SÁBADO E DOMINGO

7h - Música e Informação  
9h30 - Música e Informação  
21h - 180 Anos do Senado  
22h - Música e Informação

### SEGUNDA-FEIRA

9h - Senado Resumo  
10h - Senado Notícias (reprise)  
11h - Senado Resumo (reprise)  
12h - Conexão Senado  
13h40 - Senado Notícias  
23h - Brasil Regional (reprise)

### TERÇA-FEIRA

23h - Jazz & Tal (reprise)

### QUARTA-FEIRA

23h - Música do Brasil (reprise)

### QUINTA-FEIRA

23h - Escala Brasileira (reprise)

### SEXTA-FEIRA

9h - Plenário (ao vivo)  
12h - Música e Informação  
13h40 - Senado Notícias  
14h - Música e Informação  
18h - Senado Resumo  
20h - Reportagem Especial  
23h - Improviso Jazz (reprise)

### SÁBADO

8h - Encontros com a Música Brasileira  
9h - Prosa e Verso  
10h - Especial (reprise)  
11h - Música Erudita  
12h - Senado Resumo (reprise)  
13h40 - Música e Informação  
15h - Autores e Livros  
16h - Música do Brasil  
17h - Música e Informação  
18h - Improviso Jazz  
19h - Senado Resumo (reprise)  
20h - Escala Brasileira

### DOMINGO

8h - Brasil Regional  
9h - Autores e Livros (reprise)  
11h - Música do Brasil  
15h - Música Erudita (reprise)  
16h - Prosa e Verso  
17h - Reportagem Especial (reprise)  
18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)  
20h - Jazz & Tal

## Como sintonizar

### FM

Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

### ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

### INTERNET

No endereço [www.senado.gov.br/radio](http://www.senado.gov.br/radio), por meio do Real Player ou Windows Media Player

### ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

## RESENHA

## O estado de Alagoas de A a Z

ALEXANDRE GUIMARÃES

As Edições do Senado Federal incluem, em seu volume 62, a célebre obra *ABC das Alagoas*, do pesquisador e escritor Francisco Reinaldo Amorim de Barros (ilustração). Em dois volumes, o livro é – como diz seu subtítulo – um dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico do estado de Alagoas.

Em suas páginas, lemos dados completos de pessoas ilustres, dos periódicos, dos municípios e de fatos da história alagoana. Assim, podemos conhecer maiores detalhes, por exemplo, do escritor Graciliano Ramos, nascido em Quebrangulo (assim mesmo,



Graciliano Ramos

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado. O livro *ABC das Alagoas*, de Francisco Reinaldo Amorim de Barros, volume 62 das Edições do Senado Federal, está temporariamente esgotado. Mais informações podem ser obtidas pelo e-mail [livros@senado.gov.br](mailto:livros@senado.gov.br) ou pelo telefone (61) 3311-4755.

sem acento), num artigo de quase três páginas.

Na obra, ainda são listados deputados, senadores e governadores desde os tempos do Império. Destaque também é dado ao verbete sobre o próprio estado de Alagoas que, com 25 páginas, descreve detalhes sobre a história e a geografia. Nesse ponto do livro, aprendemos que, apesar de a capitania ter sido separada de Pernambuco apenas em 1817, sua história pode ter começado com o achamento do Brasil pela esquadra comandada por Cabral. No texto, é citado o ponto de vista do historiador Jaime de Altavila, autor da *História da civilização das Alagoas*, segundo o qual a esquadra teria avistado as terras brasileiras a 10° de latitude sul, ou seja, teria entrevistado os morros da serra de Nacêa, no município alagoano de Anadia. Bairrismo ou realidade histórica? Questão para pesquisadores.

De qualquer forma, os dois volumes reportam um trabalho maravilhoso de pesquisa sob um texto leve, surpreendendo não somente aqueles ligados diretamente a Alagoas, mas também curiosos e pesquisadores da história nacional.

## SENADO

## ILB faz convênio com universidade espanhola

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e a Universidade de Salamanca firmaram na semana passada, na Espanha, parceria destinada a oferecer cursos, seminários e intercâmbios para habilitação na área de recursos humanos. Acompanhado do diretor-geral, Agaciel Maia, e da diretora-executiva do ILB, Denise Zoghbi, o 1º secretário do Senado, Efraim Moraes (DEM-PB), definiu a data como histórica por situar a política de capacitação conduzida pelo Senado num novo patamar.

– O presente convênio abre o ILB definitivamente para o mundo. Já contamos, entre nossos parceiros, com o apoio da Open University. Esta associação com a Universidade de Salamanca, uma das mais tradicionais instituições universitárias da Europa e do mundo, representa o coroamento de dez anos de envolvimento sério

e consistente com a formação e a capacitação de recursos humanos, e a abertura de novas e estimulantes possibilidades.

Efraim também classificou o convênio como um passo significativo para ampliar a oferta de cursos

para membros e servidores do Parlamento brasileiro. Ele trouxe um histórico do ILB, criado para atender à necessidade de adaptação do Parlamento aos novos desafios que a democracia representativa enfrenta no mundo globalizado.

O senador falou das imposições atuais de uma interação mais estreita, constante e permanente entre o Parlamento e a opinião pú-



Efraim e José Ramón Alonso assinam ato visando promoção de cursos, seminários e intercâmbios

blica, e explicou que o ILB oferece cursos presenciais e a distância, sobre assuntos que vão do Direito e Economia a Relações Internacionais e Redação. E observou que, em dez anos, mais de 30 mil pessoas já foram formadas em 112 cursos presenciais e 27 cursos a distância oferecidos pelo instituto. Efraim disse torcer para anunciar logo os primeiros projetos com a Universidade de Salamanca.

Renan abre exposição *Artistas Brasileiros*

Pelo terceiro ano consecutivo, o Senado promove a exposição *Artistas Brasileiros*, inaugurada na noite de terça-feira pelo presidente da Casa, Renan Calheiros. A mostra, que este ano apresenta novos talentos em escultura de todos os estados brasileiros, permanecerá aberta até o dia 31 deste mês, no Salão Negro do Palácio do Congresso Nacional.

Ao saudar os artistas, autori-

dades, senadores e convidados que participaram da solenidade de abertura, Renan destacou que, como nas edições passadas da exposição, o Senado reuniu uma mostra da diversidade da cultura brasileira. Ele observou que as esculturas variam desde a tradição indígena até a arte contemporânea.

– Temos nesta exposição como uma outra representação

dos estados, na forma de obras de arte em exibição. É o Senado, mais uma vez abrindo-se para o país, recebendo em seu seio a pluralidade, transformando-a, ao mesmo tempo em que a preserva em unidade. Essa diversidade, essa pluralidade que se manifesta tanto nos trabalhos legislativos, nas comissões e até mesmo no Plenário dessa Casa, quanto nessa mostra, não nos divide, mas nos une.

## Arquivo aberto

## Há 55 anos –

Em 16 de outubro de 1952, dom Hélder Câmara criou a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), para fortalecer a união entre os bispos e servir de apoio à Igreja Católica. Coube à CNBB assumir a Campanha da Fraternidade que anualmente propõe temas eclesiais, sociais e políticos. O Coral do Senado apresentou-se em sessão especial, destinada a prestar homenagem à CNBB pelos 50 anos de fundação, no dia 23 de maio de 2002. Na ocasião, o senador Pedro Simon parabenizou a instituição: “São 50 anos de excelentes serviços prestados a esta nação, em especial ao seu povo, aos mais humildes, aos mais pobres, aos mais necessitados”. Para o então senador José Alencar, a Campanha da Fraternidade “não é senão um brado de alerta a respeito da crise ética e problemática social aflitiva de nossos tempos”. Na *Voz do Brasil* de 22 de março de 2006, a respeito da campanha “Fraternidade e pessoas com deficiência”, o senador Renan Calheiros disse que a inclusão social dessas pessoas não deve ser vista como ação assistencialista, mas como obrigação de toda a sociedade. Em 2 de abril de 2007, o *Jornal do Senado* registrou a manifestação de diversos senadores em homenagem à Campanha da Fraternidade deste ano, que tem como tema “Fraternidade e Amazônia – Vida e missão neste chão”.



Saldanha Derzi foi um dos políticos que mais exerceu mandatos no Brasil

## Há 90 anos –

Em 21 de outubro de 1917 nasceu o ex-senador Rachid Saldanha Derzi em Ponta-Porã (MS). Médico, formado na Universidade do Rio de Janeiro, Saldanha Derzi foi um dos políticos que mais exerceu mandatos no Brasil. Foi vereador, prefeito, deputado federal e senador. No Senado, foi autor da Lei 4.961/66, que altera o artigo 175 do Código Eleitoral para transferir ao partido os votos do candidato que estiver inelegível ou com registro cancelado após as eleições. Morreu em 10 de fevereiro de 2000, aos 83 anos. Na época, o senador Francelino Pereira lembrou que o Brasil perdeu “um homem de vida ilibada, vitorioso no plano econômico, mas que devolveu, na função missionária de parlamentar e político, tudo o que possuía na alma, no espírito, no coração, em suas empresas e no seu trabalho para o bem-estar social do povo brasileiro”. Em 25 de fevereiro, o senador Lúdio Coelho disse: “Ele foi um vencedor; venceu quase todas as eleições que disputou”.

## MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros  
1º Vice-Presidente: Tião Viana  
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias  
1º Secretário: Efraim Moraes  
2º Secretário: Gerson Camata  
3º Secretário: César Borges  
4º Secretário: Magno Malta  
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretária-Geral da Mesa: Cláudia Lyra

## JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz  
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helivaldo Rios  
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333  
Editor-chefe: Valter Gonçalves Júnior  
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suely Bastos.  
Reportagem: Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Bruno Bazílio e Sergio Luiz Gomes da Silva  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes  
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima  
Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa  
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332  
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado  
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327  
Chefia de reportagem: Denise Costa,

Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670  
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137  
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

# Dinheiro: gerir bem para ter sempre

Quem não conhece ou ouviu falar de jogadores de futebol, artistas ou ganhadores de loterias que receberam fortunas e morreram na miséria? No entanto, muitas pessoas começam do nada e chegam a ter muito dinheiro. Os especialistas são unânimes ao explicar por que isso ocorre: é que o dinheiro, quando usado sem inteligência financeira, se perde tão ou mais depressa quanto o tempo que foi gasto para ganhá-lo.

Um bom diploma, um bom emprego e um bom

salário não garantem sucesso financeiro. Prova disso é que há muitas pessoas com diploma e um bom salário atoladas em dívidas. O que faz a diferença entre quem é bem-sucedido e quem não consegue gerenciar o próprio dinheiro é o conhecimento financeiro, que, infelizmente, não se aprende na escola. Veja nesta e nas próximas edições do *Especial Cidadania* os principais conselhos dos especialistas sobre como gerenciar sua vida financeira.

## Planejamento financeiro exige nova atitude

A maioria das pessoas paga impostos e tem problemas para resolver (o carro que quebrou, o remédio não previsto), sonhos e desejos (uma casa, roupas novas, uma TV maior), e, muito provavelmente, dívidas. O primeiro conselho dos especialistas para lidar com tudo isso é simples. Só é possível gerenciar bem o dinheiro se a pessoa está disposta a ter um completo controle sobre seu orçamento e total entendi-

mento de tudo que está envolvido numa decisão financeira.

Já para aqueles que preferem viver intensamente o dia de hoje, os economistas fazem um alerta: uma mudança de atitude é essencial para iniciar um planejamento financeiro, que pode mexer com os mais arraigados hábitos da pessoa ou do casal. E ressaltam: o planejamento financeiro tem custos – esforço e disciplina rigorosos –, mas não

se trata de deixar de lado uma vida boa. O objetivo é melhorar a vida atual o máximo possível, não só hoje, mas também quando a idade não mais permitir construir o futuro. Um planejamento financeiro traz ganhos reais a partir do momento em que é implementado e propicia mais tranquilidade, segurança, menores níveis de *stress*, saúde e qualidade de vida, e ainda dinheiro para gastar.

## Aprendendo a controlar as finanças

O planejamento financeiro é um processo racional de administrar despesas, dívidas, renda, investimentos, patrimônio. E começa com uma análise do modo como as finanças pessoais ou familiares são geridas. O resultado disso são propostas para tornar realidade objetivos e sonhos, assegurando,

assim, a tranquilidade financeira diante de acontecimentos já difíceis por si sós, como doença, desemprego etc.

Os economistas afirmam que um bom planejamento financeiro pode fazer mais pelo futuro de uma pessoa do que 30 anos de trabalho duro.

### Etapas do planejamento financeiro

1 Prepare um orçamento: faça levantamento da situação atual de ganhos, despesas (pelo menos nos últimos três meses), patrimônio e dívidas - não deixe nada de fora, por menor que seja, e mantenha esse orçamento sempre atualizado e à vista. Lembre-se das despesas que não são mensais: impostos, seguros, 13º do empregado doméstico etc.

2 Estabeleça seus objetivos: seja realista e defina ações de curto (até um ano), médio (até cinco anos) e longo prazos (mais de cinco anos), priorizando as de longo prazo.

3 Planeje gastar menos do que ganha: elabore um plano realista para os próximos 12 meses, com base na situação atual e nos objetivos. Considere a evolução familiar e profissional. Priorize o pagamento das dívidas. Aliás, elimine todas assim que possível e fuja delas o mais que puder - nada de compras

parceladas, muito menos com juros.

4 Se você vem gastando mais do que ganha, identifique as despesas que você pode eliminar: mire nos pequenos gastos que não afetam a qualidade da sua vida. Não tente cortar tudo de uma vez. Comece com pequenos cortes e vá trabalhando as outras despesas a cada mês.

5 Defina uma meta de quanto poupar: decida como vai investir o que sobrar mensalmente, priorizando os objetivos de longo prazo, especialmente a aposentadoria.

6 Implemente seu plano: defina a data de partida.

7 Monitore: acompanhe, confira mensalmente a evolução do planejado em relação à realidade e identifique necessidades de ajustes.

### Oportunidades para começar um planejamento financeiro

- ✓ crise financeira
- ✓ compra ou venda de negócios
- ✓ herança
- ✓ mudanças na vida profissional
- ✓ casamento ou separação
- ✓ planejamento para filhos (nascimento, educação)
- ✓ planejamento para aposentadoria
- ✓ recebimento de grande soma de dinheiro
- ✓ redução inesperada de ganhos

### Alguns equívocos a respeito de planejamento financeiro

- ✓ Esperar momentos de crise para fazer planejamento financeiro
- ✓ Não estabelecer objetivos financeiros claros
- ✓ Esperar retornos irreais dos investimentos
- ✓ Pensar que planejamento financeiro é só para quando ficar velho
- ✓ Pensar que planejamento financeiro é só para quem tem muito dinheiro ou quer acumular riqueza
- ✓ Pensar que a opção por uma vida mais simples ou dedicada aos mais necessitados não exija planejamento financeiro



## Comece com um *check-up* da sua situação atual

Você deve começar seu planejamento financeiro identificando sua situação atual. Calcule três índices:

**Patrimônio esperado** - qualquer que seja a idade ou renda de uma pessoa, qual deveria ser o patrimônio dela hoje para garantir o seu padrão de vida atual no futuro? A fórmula proposta para responder a essa pergunta foi desenvolvida por dois pesquisadores norte-americanos, Thomas Stanley e William Danko:

$$\text{Patrimônio esperado} = \frac{\text{idade} \times \text{renda familiar anual}^*}{10}$$

\*(líquida, sem impostos e herança)

O ideal é que o patrimônio atual corresponda a 100% do patrimônio esperado.

**Taxa de poupança** - índice simples, porém fundamental:

$$\text{Taxa de poupança} = \frac{\text{renda mensal}}{\text{valor poupado no mês}}$$

A taxa de poupança deve estar entre 10 e 20.

**Taxa de riqueza** - proposta por Robert Kiyosaki:

$$\text{Taxa de riqueza} = \frac{\text{renda passiva} + \text{renda de portfólio}}{\text{despesas totais}}$$

Renda passiva é a soma das rendas que não são geradas por investimentos financeiros ou pelo salário (aluguéis, por exemplo). Renda de portfólio é a renda dos investimentos financeiros. O ideal é que a renda passiva e a de portfólio sejam iguais e que a taxa de riqueza seja 1. Quando isso ocorrer, você pode, por exemplo, se aposentar mantendo o seu padrão de vida atual.

Se você calculou os índices e não gostou do resultado, pense que só o fato de conhecer um pouco melhor sua situação financeira já é um avanço. Lembre-se de que o mais importante é monitorar esses índices com frequência e perceber que eles estão melhorando. Um ótimo começo é o investimento na sua educação financeira: leia livros, revistas, artigos e sites sobre o tema.



Quem quer poupar precisa, desde cedo, aprender a planejar os gastos e obedecer aos limites do orçamento

### Saiba mais

Endividado  
[www.endividado.com.br](http://www.endividado.com.br)

Financerter  
[financerter.terra.com.br](http://financerter.terra.com.br)

InvestGuia  
[br.geocities.com/investguia/fin.htm](http://br.geocities.com/investguia/fin.htm)

MSN - Seu dinheiro  
[dinheiro.br.msn.com/especiais/planejamento/default.aspx](http://dinheiro.br.msn.com/especiais/planejamento/default.aspx)

Para conhecer mais sobre planejamento financeiro, há várias escolas e cursos, muitos inclusive pela internet. Basta usar um site de busca e usar a expressão "planejamento financeiro" para localizá-los:

[www.google.com.br](http://www.google.com.br)

[br.cade.yahoo.com](http://br.cade.yahoo.com)

[br.altavista.com](http://br.altavista.com)